

18930

47157

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Alberto Sampaio

E

O significado dos seus estudos
na interpretação da História Nacional

bibRIA

Conferência realizada na

Sociedade de Martins Sarmento, de Guimarães,
em a noite de 7 de Abril de 1924



GUIMARÃES

Edição da "Sociedade Martins Sarmento"

1924

113



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

141112 7.00
AS/RS
20.00

Alberto Sampaio

O significado dos seus estudos na interpretação
da História Nacional

bibRIA

bibRIA

FAMALICÃO: 1924

Tip. «Minerva», de Cruz, Sousa & Barbosa, Limitada

Escritório no Pôrto: Rua 31 de Janeiro, 165-1.º

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Alberto Sampaio

E

O significado dos seus estudos
na interpretação da História Nacional

Conferência realizada na
Sociedade de Martins Sarmento, de Guimarães,
em a noite de 7 de Abril de 1924



GUIMARÃES

Edição da "Sociedade Martins Sarmento"

1924

INIME DE MAGNIFICENTIA

Alberto Sampaio

O significado dos seus estudos
na interpretação da História Nacional

ibRIA



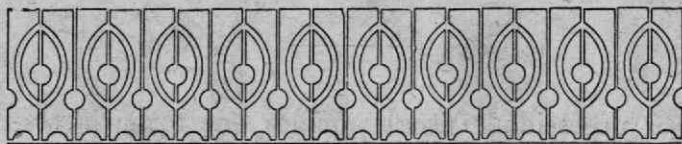
Quintana
Edição da "Sociedade Martins Sampaio"

1934

1.^a PARTE

bibRiA
Alberto Sampaio

bibRIA



I

No tempo de Augusto, a *Hispania Terraconensis* dividia-se em sete *conventus*, e êsses *conventus* compreendiam 293 *civitates*, povos pequenos, com organização autónoma. Aquilo que o nosso povo chama castelos dos mouros é, em regra, o remanescente de povoados prè-romanos.

Destas residências, muitas houve entre Douro e Minho. A sua exploração e estudo constituiu a obra monumental de Francisco Martins Sarmiento. Comuns à maior parte da Europa Ocidental, as cidades viveriam todas, muito provavelmente, numa mesma civilização — a civilização de Micenas.

Gente belicosa, não resistiu, todavia, a Roma, que a subjugou e conquistou.

Encontrava o romano cidades fechadas, e insistiria na criação de cidades abertas, *urbes*, fazendo descer do píncaro à planície a população. Encontrava comum a propriedade; ia atribuí-la,

por necessidade fiscal, àqueles que tornaria responsáveis pelos tributos. Nas serras do Gerez acharemos ainda agora vestígios do que foi a exploração agrícola comunista das cidades.

Ao cabo de algumas gerações, os fragmentos dos territórios das cidades, ocupados primitivamente por título precário, foram chamados *Villæ*, «prédios em domínio pleno, cujos limites, obliterando por completo os das circunscrições dos povos, se fixaram tão profundamente que ainda hoje existem». Por *vila* entendeu-se a princípio a morada do proprietário; mas depois, em toda a Europa romanizada, a vila «compreendeu quanto se continha dentro de um prédio rústico — a habitação do proprietário, a dos trabalhadores, os estábulos e os celeiros, os terrenos cultos e incultos, constituindo tudo uma unidade rural».

A vila tirava o nome do proprietário. Assim, no tempo dos romanos, foi, por exemplo, *Aciliana*, de *Acilius*, ou *Afraniana*, de *Afranius*, como mais tarde, na restauração astur-leonesa, seria *Avezani*, de *Avezano*, ou *Provecendi*, de *Provecendo*. Outras vezes tirou o nome dos animais, das plantas e dos minerais: — v. g., *Mazanária*, de *Matiana*, hoje Macieira; *Lobeira*, de *Lupus*; *Ferreira*, de *ferrum*.

Na maior parte, ainda actualmente são visíveis as antigas superfícies agrárias: «as relações de parentesco e amizade que se estabeleceram durante séculos entre os cultivadores de cada uma, não permitiram o desaparecimento das demarcações primitivas; fraccionadas e deixando de ser o

domínium de um único indivíduo, as vilas não perderam por isso a sua individualidade histórica; o tempo tinha-lhes dado a coesão moral necessária para persistirem como núcleos sociais, a-pesar-de todas as transformações jurídicas. A comparação dos documentos em diversos períodos mostra-nos que as maiores se convertiam isoladamente em *frèguesias*, e que as pequenas se anexaram entre si ou a alguma maior para o mesmo fim, mas conservando a sua primitiva individualidade, pois formaram então *lugares*, nome que o povo lhes conferiu em analogia com as secções dos prédios.»

Na propriedade, por vezes extensíssima, a cultura foi parcelar desde comêço. Daí, a infinidade de *casales*, *quintanas*, *quintas* e *vilares* da Idade-Média, já transformados em prédios independentes. E «a distribuição por lugares, feita logo pelos primeiros *possessores* das vilas, foi a que se radicou». Na luz claríssima em que o historiador os iluminava, os nossos linhares, as nossas chãs, as nossas vinhas, os nossos pomares, os nossos soutos, as nossas bouças, os nossos lameiros, assim como os nossos paços, e as nossas choupanas, e os nossos casais são edificações romanas autênticas. «Se substituirmos o campanário pelo paço, era tudo quási como hoje, com menos população, manchas sem cultura um pouco mais extensas; mas em todo o caso o aspecto geral não mudava.»

A condição dos homens, nessas divisões, também não era uniforme. Nas cidades teríamos

encontrado Retógenes com os seus iguais, os seus amigos e os seus fâmulos e dependentes, e o romano viria manter e desenvolver a hierarquia conforme as suas velhas graduações jurídicas. Então temos *possessores*, *ingénui*, *servi*, os que dominavam e possuíam, os que trabalhavam livremente e apenas pagavam em troca o seu estipêndio, e os que trabalhavam como servos e de nada dispunham. E isto se alongou: «as designações diplomáticas de *servi*, *liberti*, *ingénui* mostram que em diferentes situações jurídicas viviam e trabalhavam os homens, em tempos relativamente próximos; essa diversidade não nasceu após a queda visigótica; topámo-la em primeiro lugar nos usos e costumes romanos, seguimo-la no código visigótico e por fim nos títulos dos contratos neogodos.»

Nada disto, porém, significava a divisão das vilas; era apenas o modo de as cultivar e usufruir. «Não devemos perder de vista este ponto essencial — um homem governa e possui uma área que em geral mais tarde se chamou freguesia: o povo aí acantonado acostuma-se a respeitar e a obedecer a um chefe; os antigos clientes das cidades, disciplinados à romana, transformaram-se em legião de lutadores, agremiada em volta do paço; por intermédio dêste receberam a civilização latina, que tão funda se imprimiu na alma popular; internados em prédios, aí passou cada um a maior parte da vida, cultivando e plantando; à medida que aumentavam, o proprietário instalava novas famílias nas parcelas, que foram

depois a origem dos pequenos casais históricos da provincia. Intimamente unidos, dirigentes e trabalhadores, em quatro séculos de paz civilizadora completaram esta obra grandiosa — a agricultura de um país selvático.»

A unidade da vila romana subsiste através de tôdas as vicissitudes da sua propriedade. O domínio sarraceno pouco modificou o que o romano fundara no norte de Portugal; «não obstante o senhorio das terras pertencer em teoria aos muçulmanos, a posse e a cultura delas, pagos os tributos, eram conservadas aos cristãos.»

«A grande confusão social pertence à restauração.» Por onde o rei passava, toda a propriedade ficava «encorporada na coroa». A presúria era completa, íntegra, para o rei, — não tanto, porém, que o isentasse de partilha, mais ou menos voluntária. «Ora era o rei em pessoa que apreendia, ora os soldados por sua ordem; neste último caso, nas presúrias regulares reservava-se sempre um quinhão para o monarca.» E também «no mesmo acto de campanha, a cada passo o rei consentia que os seus homens tomassem logo para si uma porção». Além do que, havia presúrias irregulares, sem consentimento do rei, em qualquer parte em que um trôço de soldados se achava com forças de se apossar de um pedaço de terra.

Não obstante o contínuo e incessante redemoinho das classes governantes, como as gerações de gente rústica, — vilãos (*villanus*, vila) se sucediam segundo a ordem natural, os processos

culturais, os encargos e a situação social de cada um, transmitiam-se também tradicionalmente. Através de todos os documentos vê-se com a maior claridade esta antítese, que é a de todos os tempos, de ontem e de hoje — o tumulto e as convulsões em cima, a paz e o sossego na vida do povo; fixado dentro das vilas, «êles continuava, a-pesar-das tormentas políticas, no percurso das suas occupaões ordinárias, apenas com as diferenças trazidas devagar pela lentidão dos anos».

Repartindo o senhorio das terras, por efeito das presúrias, entre pessoas de diversas jerarquias, daqui resultou «um dos factos mais culminantes da sociedade astur-leonesa: — a formação da pequena propriedade, convertidas em prédios as sub-unidades de outras épocas; então acaba a *vila*. Mas nesse mesmo momento histórico, em vez de desaparecer, transforma-se por mera espontaneidade popular em novo organismo, onde continuará a desenvolver-se a vida moral dos lavradores, cujos estreitos vínculos de amizade, parentesco e irmandade espiritual se apertarão sempre, não obstante a diversidade de vontades senhoriais». «Pertencem à mesma igreja, são *filiis ecclesie*, frêgueses, denominação religioso-popular abrangendo todos os habitantes da vila.» E, ousarei acrescentar, fazem parte integrante da mesma unidade económica precedentemente criada, estão ligados por uma rede de dependências económicas mútuas, que os mantém unidos no trabalho, aos laços morais juntando certa neces-

sidade física de coesão que lhes fortalece a indissolubilidade.

A gente que habitava a freguesia era aproximadamente a da vila romana, apenas com outro nome. Havia abades e presbíteros, substituindo o antigo *Dóminus*, havia magistrados de eleição popular, havia cavaleiros e nobres «batalhadores por ofício»; havia as duas grandes classes de herdeadores e simples arrendatários; haveria, muito provavelmente, uma classe média, assim como havia industriais e mercadores de várias espécies, e mosteiros, ordens e dioceses, corporações de posse de propriedades que algum dia tinham sido de um só homem; — mas a todos o campanário unia em uma só comunidade. A divisão e a pequena cultura prosseguem e multiplicam-se dentro da área que o romano delimitou e no espírito e modo de ser que elle criou e legou. Ali continuava a viver aquelle poder político incomparável que Alberto Sampaio na mais feliz e eloquente das expressões, chamou «uma pobreza forte».

Pobreza igualitária e democrática: «a cuvilheira da rainha ia à fonte todas as manhãs buscar-lhe água»; «a comida do povo não se distinguia muito da dos cavaleiros nobres»; «os nobres entregavam aos populares a criação dos filhos, que dêste modo e cedo se identificariam com o povo; o rei contenta-se com o aceio que os foreiros lhe fazem no paço, e com a comida rústica que sabem preparar. A disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue

assim como os iguala a mesma vida do espírito e uma pobreza forte ».

Um facto notabilíssimo acompanha, porém, de longe, a fundação das vilas do norte de Portugal e, inseparável da sua constituição e história, deu lugar aos estudos em que Alberto Sampaio completa as suas *Vilas*:—na costa do Atlântico, ao longo da qual se disseminavam as terras romanizadas houve « póvoas marítimas desde a mais remota antiguidade ».

Pôsto que « sejam em extremo lacónicas as notícias marítimas legadas pela restauração astur-leonesa . . . tão escassas que só de raros documentos é inferível a existência de uma simples cabotagem . . . isso, todavia, nos convencerá que se praticava então uma navegação, embora rudimentar, de porto a porto, na nossa costa ».

Educadas primeiro pelas relações amigáveis com os normandos, depois esclarecidas pelo ensino intencional que os genoveses lhes ministravam, em seguida fortificando a experiência pela intimidade com os cruzados, foram essas modestas póvoas que nos familiarizaram com o mar e nos colocaram a-par dos estranhos na exploração dos nossos rios que tinham saída para o Atlântico, entre os quais se distinguia o Douro com a foz no Porto — já assim chamado em 1188, no testamento de Sancho I.

O que desta particular circunstância se seguiu e foi objecto das investigações que, infelizmente, o historiador não teve tempo de rematar, refere-o Alberto Sampaio com uma agudeza de interpre-

tação magistral que da mímica de materiais consegue fazer tal abundância de conceitos que verdadeiramente os torna em conhecimentos decisivos para a penetração cabal das origens da epopeia marítima da nossa gente.

Sobretudo importará registar e jámais esquecer a conclusão do capítulo III das *Póvoas Marítimas*: «No norte do país achava-se firmada a marinha mercante de longo curso, muito antes da aquisição de todo o solo nacional. O curto pedaço da costa movimenta-se, cheio de vida; a pesca ora no mar ora nas barras dos rios; nas do Lima e Ave, talvez também na do Minho, a navegação para o estrangeiro; e em grande, na do Douro, a cabotagem generalizada. Fez-se tudo isso nas três gerações que se seguiram à do Fundador da Monarquia. Desde então têm de datar-se as navegações portuguesas. Não era o génio do sul, ainda no berço, que podia influir de qualquer modo neste progresso marítimo. Lisboa comerciante data de Afonso III, que a elevou a capital e fomentou o seu engrandecimento.» «Chegámos, dizia Alberto Sampaio em outro lugar, a dados muito importantes que haviam de mostrar faces novas na questão das origens da marinha portuguesa. Quem embarca é todo o país — a corrente já existe desde Afonso III, ou melhor, antes. D. Fernando apenas organizou o existente e nada mais » ⁽¹⁾.

(1) Carta ao autor, em 2-11-1902.

Estes são os factos de supremo alcance que aprendemos nos estudos históricos de Alberto Sampaio; estes se encerram nas suas *Vilas* e nas *Póvoas marítimas*, e com tal arte, que na verdade é penosa pelo agravo que significa, a tentativa de os resumir, que a necessidade de lhes considerar as conclusões nos impõe. É uma mutilação, realmente; e mutilar tão perfeita criação é uma injúria. Despiadosamente a despojamos de toda a sua harmonia e natural poder de emoção que a vivifica. Em semelhantes termos, a história graduando em estética e erudição, acima e muito mais de lição e ensinamento da experiência que possa conter, será a ressurreição da vida e o êxtase da sua contemplação, em cuja presença Alberto Sampaio nos exaltou e persuadiu. Por talentos tão eficazmente vigorosos e subtilmente convincentes como singelos, prendendo-nos, ingénuos, porventura participando, por contágio, da ingenuidade das épocas que com tamanho affecto o seu olhar sondava; juntando à capacidade de investigar e descobrir aquela intuição da beleza e da significação das coisas que as apróxima e ordena e das ruínas do passado e das criações presentes e dos vestígios das multidões tira alentos que reanimam o corpo abandonado à obscuridade e lhe restituem forma, movimento e juventude: — os estudos de Alberto Sampaio enquanto nos

instruem magnificamente, têm o divino condão de, sem sair da narrativa, nos comunicar a fascinação das aparições que a sua magia soube erguer das poeiras inertes das bibliotecas e arquivos.

Na verdade essa visão íntegra, actual, perene, da vida na nação, tanto nos ensina como nos comove, tanto nos robustece de conhecimentos como nos alvoroça saúdes e nos alegra em confiança e esperanças de perpetuidade de uma intangível grandeza pátria.

bibRIA

bibRIA



II

A PARTE sua beleza própria e seus extraordinários méritos de revelação de um subido espírito, singularmente activo, fecundo e lúcido, os estudos de Alberto Sampaio envolvem uma renovação radical da compreensão das bases históricas da nação portuguesa; importam uma revolução na apreciação da natureza e valor dos seus feitos e vicissitudes, ainda daqueles, senão mais cingidamente, daqueles que por gloriosos se extremavam em primazia para nos enaltecer o património. De facto, na sua recatada modéstia são a mais arrojada deslocação do eixo da história nacional que as nossas letras até hoje têm determinado: se é que não são, muito mais seguramente, a colocação definitiva da nossa história em seu eixo.

Há cinquenta anos, na escola, mandavam-nos decorar o compêndio da história de Portugal. Coisa simples e incontroversa, essa história dividia-se em dinastias e as dinastias dividiam-se em

reinados e nos reinados distinguiam-se os « factos mais notáveis » de cada um. Afinal tudo se tornava fortuna de alguns homens de decisão e vontade, ou desastre de alguns outros frouxos e incapazes. Não se encontrava nada, grande ou mesquinho, propício ou adverso, que não viesse da exclusiva iniciativa individual — régia, o mais das vezes, ou pelo menos cortezã. Se aqui, neste canto da Ibéria que habitamos e amamos, se havia fundado uma nação, fôra porque D. Afonso Henriques a « conquistara ». Povooou-se? Abastou-se de vilas e aldeias? Foi porque houve um rei « povoador ». Rompeu-se o bravio? Graças a um rei « lavrador ». Esteve a nação em risco de desaparecer — por culpa de um rei « fraco e inconstante »; e, se da enfermidade se salvou, ao Mestre de Aviz o deveu e a Nun'Alvares e a João das Regras que o serviram a primor. Depois prosperou porque D. Manuel era « afortunado »; e mais tarde perdeu a independência porque D. Sebastião lhe fabricou uma catástrofe; e se recuperou a independência, foi porque D. João IV e os varões ilustres do seu séquito a ergueram na ponta das lanças. Sempre e em todo o caso, a história nacional em todas as suas vicissitudes, que muitas foram e graves, seria obra dos seus regedores, sem excluir o instante feliz em que D. Pedro IV, excedendo a generosidade dos forais avoengos, nos outorgou, a todos, carta de alforria. Se algum homem de génio se intromettesse na procissão, não seria sem pedir vénia ao rei, quando não viesse a cha-

mamento da real câmara e para seu lustre e brasão.

Ficasse, porém, a nossa meninice sabendo que a história de Portugal havia sido invariavelmente uma empresa heróica, questão pessoal, expressão de meia duzia de talentos e vontades sôbre-humanas que tinham edificado cidades, arroteado campos e coroado de gloria as gerações, cultivando a nobreza a riqueza a seu arbítrio, tal qual se povoa e defende uma herdade onde, segundo o nosso calculo e prazer, crescem urzes e giestas ou se semeia o trigo e planta a vinha, e se apascentam bácoros e se trazem soltos os perus ou se anda em cavalarias furiosas pelos montados, e sôbre as águas se vagueia, aventurosamente, em barquinhos de velas tûmidas.

A êste tempo, ao tempo em que nos descerravam estas perspectivas da história e nos incitavam a contemplá-la, já Alexandre Herculano, é certo, tinha escrito uma outra história de Portugal. E na verdade, não haverá fio vital da trajectória da nação desde as origens, prolongado até aos nossos dias, que não esteja destrinchado e martelado magistralmente, na *História de Portugal* de Alexandre Herculano:— a romanização fundamental de toda a comunidade política peninsular e particularmente da que nos criou e alimentou, e a continûidade ininterrompida do carácter imposto nesse baptismo; a missão dos mosteiros na perdurabilidade da consubstanciação romana inicial e como a sustentaram e desenvolveram e salvaram, sucessiva- e insistentemente nos inocu-

lando no sangue aquella civilização; e finalmente, a suspeita claramente confessada, senão arreigada convicção manifesta, da coexistência de duas histórias nacionais paralelas, sempre divergentes, freqüentemente se ignorando entre si, não raro antagónicas, a história dos que governam e a história dos que são governados. Quanto é essencial à interpretação da história do nosso país, nada escapa ao estudo e penetração incomparável de Herculano e tudo pôs em lugar próprio.

ROMANIZAÇÃO:

Da importância relativa dos vestígios celtas, gregos e cartagineses «comparados com o que a história nos relata sobre as várias populações que se foram sobrepondo umas às outras nesta região por meio dos estabelecimentos comerciais, conquistas e sistemas políticos das grandes nações do mundo antigo, resulta para nós a persuasão de que ao acabar o império dos romanos a nacionalidade dos anteriores habitantes da Espanha, não sendo já, antes da entrada destes, simples e exclusiva, mas uma confusa mistura de diversos povos, acabou brevemente por delir-se e incorporar-se na forte nacionalidade romana». «O dominio romano transformou radicalmente a sociedade.» Desde os tempos de Tibério, «todos os monumentos conspiram em nos mostrar os habitantes da península verdadeiramente identificados com os romanos». «No estudo da história social primitiva do nosso país ha três sociedades

juxtapostas que o habitam, a cristã, a sarracena, a judaica; mas a primeira, dominadora e incomparavelmente mais numerosa, esconde, digamos assim, na sua penumbra as outras duas.»

Na século v «se o germanismo dominava à superfície da sociedade, no âmago ela ficava essencialmente romana». Na Idade Média, as classes elevadas «representavam historicamente a raça gótica e foram o veículo por onde se nos transmitiram os vestígios da sociedade germânica, enquanto o povo o era sobretudo das tradições da sociedade romana». «Ao predomínio dos bárbaros não sucedera a reacção dos vencidos, porque entre uns e outros havia, geralmente falando, a mesma crença religiosa, e enfim, porque na época em que os visigodos fizeram assento na Espanha, os seus costumes e índole estavam já alterados pela civilização romana.» «Durante o vi século em que o império visigótico se fixou definitivamente na península, os conquistadores regiam-se por seus costumes tradicionais escritos e não escritos, e os hispano-romanos pela lei romana (lex romana) compilada no *Breviário de Amiano*.» No século xiii «abaixo das pessoas ou linhagens nobres e privilegiadas, está aquela classe de indivíduos de cuja existência nos apparecem vestígios em todos os séculos. O possessor romano é, digamos assim, imortal. Com o nome de privado entre os godos, com o de *pressor* nos tempos primitivos da monarquia de Oviedo e Leão, elle passa desta à nossa sociedade portugueza com o de *herdador* ou com o mais restrito

de *cavaleiro-vilão* ». Como o catolicismo hispânico-romano passou indestrutível ao lado do arianismo gótico, vencendo-o por fim, e resistiu ao embate do islamismo vitorioso e, o que é mais, civilizado e tolerante; como a língua que deturpada pelo contacto de estranhos idiomas, germânicos, arábicos, africanos, dividida sucessivamente em diversos dialectos, conservou sempre a sua índole, o seu tipo latino; assim o municipalismo, a grande fórmula da democracia romana, atravessou as revoluções e conquistas, para vir depois a servir de principal instrumento à liberdade popular no berço das actuais nações da Espanha ». « Os concelhos, imagem ou antes tradição dos municípios romanos, tinham passado na Espanha, como no resto da Europa ocidental, através de todas as vicissitudes das guerras, das invensões, da barbaria. »

MISSÃO DOS MOSTEIROS:

Quando « buscava reanimar as forças internas da monarquia com a paz e prosperidade comum », Afonso VII, de Leão, « empenhou-se em restaurar as igrejas e mosteiros ». « O estabelecimento das perceptorias no sul do reino era, em relação à economia interna, do mesmo modo que a fundação dos mosteiros, um dos grandes meios de povoar os lugares desertos; porque em volta das residências monásticas ou monástico-militares a população e a cultura cresciam rapidamente. Semelhantes instituições eram a fórmula, ade-

quada à época, em que actuava nas sociedades « fecundo princípio de associação ». « E' a imensa influência do clero, a acção política da Igreja na sociedade civil, uma das circunstâncias mais notáveis da história da Espanha no domínio visigótico », e « a influência do clero era sobretudo moral, tendia mais a romanizar, digamos assim, os costumes e a civilização dos conquistadores do que alterar as consequências materiais da conquista ».

CONFLITOS E DIVÓRCIO DA HISTÓRIA DOS QUE
GOVERNAM E DA HISTÓRIA DOS QUE SÃO GO-
VERNADOS :

Na história « tão sujeita ao erro comum de achar mais bela a coroa de louro do que o ramo frutífero da oliveira » sentiu Herculano « o grande e indestrutível livro da linhagem popular », embora « os monumentos raro aludam aos males e ao heroísmo do povo quando não é elle que triunfa ». Na Renascença, a história « tornada árida no meio das suas pompas, deixou de ser popular; porque nem falava uma linguagem que o povo entendesse, nem pintava a vida como as multidões a conheciam ». Verificando a coexistência das « duas ideias, até certo ponto opostas, da erudição clássica e das tradições pátrias », distinguuiu « a situação do povo, do grande número, e depois a das classes privilegiadas, dos homens de excepção », e desconfiando das vantagens da

«soldadesca assalariada, que se move à vontade de um ou de poucos, que sai do país mas que não é dêle, pronta igualmente a defendê-lo ou a esmagá-lo», classifica de «feliz» «a falta de exército permanente» e aponta os «graves inconvenientes» demonstrados em diversas conjecturas, da posse de propriedades territoriais ou de residência de um homem das classes privilegiadas no termo de qualquer concelho». «A-pesar-de residirem, em regra, nas suas honras e coutos, nos seus solares patrimoniais, e nas igrejas e mosteiros de que eram *naturais* e *herdeiros*, ou de vaguearem pelo reino na sua vida aventureira, os nobres, cavaleiros ou infanções, vinham às vezes habitar por qualquer motivo, sobretudo em razão de bens que aí adquiriam, não só em aldeias dos termos do concelho, mas também nas próprias vilas. Eram hóspedes perigosos.»

De facto, não haverá elemento vital da história da nossa terra e da nossa gente que na *História de Portugal* de Herculano se não ache reconhecido e tomado por seu justo valor. Todo o roteiro da história ulterior, até hoje calcado ou concebido, se encontra esboçado naquelas fôlhas: não será fácil descobrir via nova que dali não tenha ou possa ter ponto de partida bem marcado. Reconstrução assombrosa do passado, a *História de Portugal* de Herculano será simultaneamente o repositório mais ou menos abundante, mas nunca de todo vazio, das antecipações donde veio a história moderna — afinal jámais tão desligada daquela fonte que toda vem sem violência

a encorporar-se por comentário, glosa, ou ampliação nêsse caudal tornado a veia-mãe.

Herculano, porém, não podia exceder os limites próprios e insuperáveis da sua época; por condição natural, e fôsse qual fôsse o seu poder, era imutável a composição da atmosfera que respirava, havia de reflectir-se na sua obra. O povo no seu tempo significava principalmente, senão exclusivamente, uma invocação política, o ardor de libertar classes oprimidas, o desagravo da justiça ofendida por despotismos cruéis, uma revolta, uma ordem nova, uma refundição das sociedades em termos de equidade e salutar ponderação dos elementos humanos que as compunham e animavam. O povo molécula orgânica, incarnation do carácter e tendências de uma nação e seu autor e propulsor, isto que nós hoje sentimos como o princípio essencial da sua palpação e não é apenas uma classe, um bando, mas um gérmen, um impulso da vida, uma alma e o corpo que ela cria à imagem da sua aspiração subconsciente, isto importa uma concepção da história das nações que quando Herculano viveu se esboçava e ia juntando materiais de definição, mas estava longe de ter chegado ao estado de afirmação positiva em que hoje se encontra.

Nem Herculano cuidava de incluir no seu trabalho uma interpretação daquilo que poderemos talvez chamar a vida natural da nação. De preferência o atraía a sua vida culta, a cultura da sua política e da sua economia, particularmente a cultura política. Para esta é que procu-

rava conclusões práticas applicáveis na actualidade, e por amor desta se lhe inflamou sobretudo a afeição ao municipalismo.

Entretanto, deliberada- e confessadamente se recusava a entrar na investigação das raízes onde a molécula orgânica primeiro teria que extremar-se e analisar-se; «rejeitou do seu trabalho como estranha a êle, a história de todas as raças ou sociedades de qualquer parte da Espanha anteriores à existência da nação portuguesa como individuo político»; limitou-se «ao que é rigorosamente história de Portugal».

Entretanto aconteceria que a sua aturada assistência no sul do país, onde os vestígios da occupação muçulmana abundam e vivem na tradição popular, subtilmente o teria familiarizado com êsse modo de ser, porventura o afeiçãoou à sua índole e distraía-lhe um pouco a atenção do que se passara ao norte do Vouga, dêsse norte que conquistou e directa- ou indirectamente colonizou o sul e, à imagem das suas aspirações, o quis criar. A nação foi feita do norte para o sul e não do sul para o norte; foi como uma inundação derivada do norte e alastrando nas terras do sul. Em o norte o domínio sarraceno passou como meteoro sem impressão notável no carácter dos povos ou sequer lhes perturbar na essência a constituição económica moral, política, religiosa e estética, romana até à medula. E depois ainda, a obra monumental de Herculano, sendo uma construção para a eternidade, deixou contudo margem ou melhor incitamento, a alargar-se e com-

pletar-se em diversas direcções; e à medida que os prolongamentos e aderências se multiplicam e a acrescentam, alteram-se as proporções relativamente ao corpo principal, modifica-se o aspecto do conjunto, e pela complexidade das sobreposições, emendas e dilatações, por vezes se afigura novo, não o sendo realmente.

Tudo isto, porém, que hoje parece transparente, era, há cinqüenta anos, apanágio quando muito de estudiosos e letrados de profissão; o vulgo ainda não se desembaraçara dos arcaísmos das histórias de «reinados e factos notáveis». Passar de crónicas fragmentárias, com propensões acentuadas e invariáveis, a individualizar a história, passar daí à restauração integral das sociedades e das coisas em suas relações indissolúveis, reanimar relíquias e reconstituí-las em unidades vivas por milagres do génio criador, reclamáva destreza e disciplina que um país tardo como o nosso nestas matérias não alcança sem hesitações e delongas.

Da concepção simplista da história em que a vida e morte das nações e dos povos é a façanha de quem teve a fortuna de as mandar, tão grande era a distância à concepção menos acessível das vicissitudes dos enxames humanos, na qual a formação como a dissolução das nações é sobretudo a expressão do desenvolvimento intuitivo das aspirações da comunidade, particularmente da sua mentalidade jurídica, como Herculano nos fizera ver,—tão longa era semelhante jornada que o percurso tinha por força de ser penoso e demorado.

Sem dúvida, há cinquenta anos a iniciação em o novo modo de compreender a história estava feita; pelos claustros da Universidade, bacharéis e bacharelados iam aprendendo, não sem ardor, a destrinçar no passado o poder das circunstâncias e os impulsos subconscientes, e as vontades singulares reflectidas e a sua actividade. Não andávamos de todo alheios, muito pelo contrário, à expansão brilhante dos estudos que então renovavam o aspecto da história nas academias mais autorizadas da Europa; cotejando-lhes as conclusões com o manancial em que Herculano e os eruditos que se lhe seguiram nos abundavam de descobertas e riquezas, também para muitos dos nossos e dos melhores, a nossa história deixara de ser um cortejo de batalhadores armados ou togados para se tornar na visão de um mundo de infinitas formas e inumeráveis energias obscuras conjugadas, todo povoado de criações ingénuas corporativas, perante as quais os arrojados heróis minguavam singularmente de glória. Os romances históricos que no século XIX floresceram, transportavam a história do elogio dos homens para a contemplação da vida e ensinavam esta verdade que parece evidente, mas que na prática era como inteiramente ignorada para os escritores de história e outra, antes de lha revelarem: que os tempos passados estavam realmente cheios de gente viva e não de protocolo, papéis oficiais, controvérsias e abstracções de homens. Não, eles não eram abstracções, nem diagramas, nem teoremas; mas homens com ca-

sacos e calções de camurça ou dontra qualquer qualidade, com côr nas faces, dores no estômago e com seus idiotismos de linguagem, as feições e a vitalidade de verdadeiros homens ⁽¹⁾.» A história era o reflexo da vida, e a vida não cabia no peito de um só homem, onde habitualmente pretendiam encerrá-la, por herói ou santo que êle fôsse e muito pudesse. Revolucionário e portanto sujeito à dureza da reacção do constituído que lhe disputava o domínio, êste novo modo de ver convidava-nos para um salto mortal; e eram mais os poltrões que fugiam do que os afoitos que se aventuravam; mais, muito mais, os que a estupidez intensa cegava do que a minoria que a cultura esmerada esclarecia.

Entretanto, paulatinamente, íamos juntando o valor das coisas ao valor dos homens, e começávamos a conjugá-los; íamos distinguindo da força das vontades singulares o poder das condições e das casualidades cósmicas e hesitávamos em reconhecer a primazia dêstes diversos factores onde não atingiam as suas relações de dependências recíprocas e simultaneidade e intimidade da sua colaboração. Os filósofos da *evolução* surgiam triunfantes naquela época e induziam-nos declaradamente a crer que a história das nações era um facto do desenvolvimento natural, espontâneo, com sua lógica e aspiração íntima e propul-

(1) Carlyle. Citado pelo malogrado e talentoso professor Carlos de Mesquita em seu *Romântismo inglês*, pág. 234.

sores adequados congénitos, e a nossa história havia de ser como as demais, se bem a investigássemos. Tudo isto, porém, nos vagueou na imaginação não muito longe de certo estado amorfo, quando caótico não fôsse. Tanto mais que os eruditos, lançados então a fundo na investigação das origens do povo e da nação, ainda não nos ofereciam conclusões incontrovertidas, estavam ainda longe de unir em concordância as suas infinitas hipóteses, como é próprio da pujança e impetuosidade dos iniciadores de toda a sorte.

O grande tremor de terra que de todo animou a ortodoxia da história nacional e a mudou das dinastias para a grei, aos « factos mais notáveis » sobrepondo os « cataclismos mais notáveis » foi realmente a *História de Portugal* de Oliveira Martins, publicada em 1879 e preparada pela sua *História da civilização ibérica*, que a precedera no mesmo ano. Foi uma vassoura, e, até certo ponto, um acto de contrição, a humilhação de muito orgulho mal fundado. Varreu muita teia de aranha e mostrou na sua realidade a estatura do palácio adornado de flâmulas que ocultavam paredes interiores carcomidas. Conquistas e proezas marítimas, tal era a confusão de bravura, santidade e instintos de presa que Oliveira Martins nos mostrava nessa feira franca de nobrezas e aviltamentos que o mar se nos tornou, pela segunda vez, « tenebroso ». De onde a onde, sentia-se dolorosamente o rasgar de páginas « gloriosas ». Queria uma tradição insistente, e até então incontestada, que nessas páginas se guar-

dasse a memória de peregrinos benefícios por nós prodigalizados à humanidade, e por uma ironia diabólica começamos a achar-lhes também nas entrelinhas a recordação sinistra de criminosas cubiças e degradações. Muito desvanecimento e louvor se trocara por aversão, com uma quebra de amor próprio incomensurável. Abundavam suspeitas, dúvidas, contestações, e entretanto a velha contemplação dos « factos mais notáveis » de todo se entenebrecia.

Mas a *História* de Oliveira Martins, pôsto que nos renovasse, e dilatasse e esclarecesse copiosamente o conhecimento do passado da vida nacional e da sua prolongação no presente, tão subido aprêço dos valores de alma resumava, tão íntimo e absorvente interêsse do drama psicológico a enlevava que comunicando-nos de pronto e intensamente a sua afeição e tendências dominantes, involuntariamente reduzia a importância dos factores meramente objectivos concorrentes que aliás muito bem conheceu e apontou; e em vez de nos conduzir ao exame ponderado da estrutura orgânica da nação e repousadamente nos deter na verificação do seu poder, sobretudo nos arrebatava em simpatias e condenações dos homens que o acaso trouxera a intervir nos destinos da comunidade. E o certo é que em meio da cerrada condenação de factos e precipitação de movimentos que caracterizam a *História* de Oliveira Martins, sem probabilidade de freqüente destreza nossa que corresponda à versatilidade do autor para bem interpretar em todas as suas muitas conse-

qüências, que aliás encerra e são capitais — facilmente nos perdíamos deixando caminhos por atalhos. O que ao fim nos restava era uma representação da vida nacional ainda muito acentuadamente individualizada.

Foram as *Vilas do Norte de Portugal* de Alberto Sampaio que, produzindo a primeira dilatação verdadeiramente angular da história pátria depois de Herculano, nos ensinaram uma história totalmente diferente das histórias passadas, história da grei sucedendo e não raro se contrapondo à história dos heróis. Lentamente geradas pelos estudos de Alberto Sampaio refinados no seu livro sobre *A Propriedade e a Cultura no Minho* e dispersa em diversos números da *Revista de Guimarães*, foram as *Vilas* que nos induziram em uma atitude mental da compreensão da nossa história sem paridade com qualquer condição idêntica anterior em que nos houvéssemos encontrado. Um estudo anatómico profundo do complexo organismo que chamamos a nação portuguesa descobria e apertava então a célula primordial donde todo êle derivava, e conhecida e isolada esta, o desenvolvimento em que se desdobrava mostraria tal poder de coesão e estabilidade, tal consistência e lógica, que a sua história verdadeiramente se constituía em uma unidade inalterável, em uma criação animada de aspirações constantes, superiores ao capricho de toda a vontade singular que as servisse ou perturbasse.

Pela primeira vez assistíamos claramente à operação magnífica que poderemos chamar a des-

urbanização da história nacional. Porque para nós como para todas as nações que história tenham, há uma história urbana que se declama nos palácios e nas praças, sob arcadas, ostentosa, horóica, ávida de mando e de bens, orgulhosa e brilhante, militarista, alternando com os combates a ociosidade esplêndida; e há uma história rural, selvática, que se avista das mamoadas, e dos outeiros e se espraia nos vales, erradia e muda, acolhendo-se nos casais dispersos da campina e nos degraus ciclópicos dos montes, laboriosa, pacífica, humilde e tímida, pobre, apenas ávida de liberdade e tranqüilidade. Há uma história culta, hierárquica, individualista e individualizada, fabricada pelos génios singulares, passageira, entre relâmpagos e eclipses, desapiedada, ambiciosa e astuta, com sepulcros faustuosos e arcos de triunfo; e há uma história bárbara, rude, anárquica, generosa e compassiva, gregal, obra de multidões inominadas, que acabam na vala comum e em campa rasa, palpitação de instintos, modulação da vida, feita de simpatias ardentes subconscientes. Há uma história de alfanje e penacho, pomposa e caserneira, meditada e gerada no propósito reflectido, jurídica, majestática, familiar dos tribunais e das magistraturas, uma história que passou e está escrita; e há uma história de leiva e enxada, parca, andrajosa, aquêcida ao lar das cabanas, consuetudinária, submissa, ingénua, trenindo da toga e refugiando-se na experiência dos homens-bons, uma história analfabeta, uma história perpétuamente actual, que se vive.

Noventa por cento da história escrita pelos profissionais desta arte, e falada e celebrada pelo entusiasmo popular, é a narrativa ora apaixonada ora cínica, e sempre intencionalmente dramática dos feitos e acção dos bandos e capitães de armas que combateram em conquistas e alargaram o império militar e político; é uma história do domínio da terra e dos homens, registo das glórias e das calamidades que as espadas prodigalizaram enquanto apresavam e arrecadavam, história invariavelmente proclamada por estridentes clarins da fama, quer a fama sirva batalhadores guerreiros de outras eras que do combate fizeram seu officio e acrescentamento de bens, quer aproveite às legiões mercantis do nosso tempo que da astúcia fizeram instrumento de riqueza e expoliação. Há, todavia, uma outra história não apregoada nem escrita, mas sentida, mansa e vivida com uma constância inflexível, a história que preenche os minguidos dez por cento que sobejam da que se lhe antepôs e que sendo a última em riqueza é a primeira em volume, história do labor das energias espontâneas, intuitivas, criando e multiplicando aquilo que se tornara objecto das disputas, ambições e delapidações — *quid sunt magna regna nisi magna latrocínia?* (Santo Agostinho) — vitórias, enganos e glórias de que faz seu sustento a história oligárquica, tão ávida de pompas e louvores quanto a história gregal é desprendida de aplausos. Porque a história oligárquica é brilhante e clamorosa, caso de excepção e até de milagre, facilmente se apossa da

imaginação do vulgo e o cativa; e porque a história gregal é obscura e prefere o silêncio e em silêncio consuma a heroicidade, só agora ao cabo de longos séculos de experiência e meditação revelou a sua majestade e nos domina a consciência. O pão que nos sustenta, o manto que nos cobre, o lume que nos aquece, a justiça que nos nobilita, o affecto que nos enternece, e a piedade que nos comove, e a religião que nos exalta, serão as seivas da história da grei; e da apreensão dêsse pão e dêsse manto e da submissão das almas fez texto uma outra história, e da crueldade com que êsses despojos foram arrancados destilou a honra das suas façanhas, e da soberba e do orgulho em que tais arrebatamentos cristalizaram fez virtude e dignidade — sem embargo, acontecendo que esta última história não passa de acidente da primeira, e, o mais das vezes, acidente doloroso. Antepor esta última história à primeira como contendo em si o significado da vida da grei corresponderá à confusão que explique o crescimento da árvore e a sua forma pelo vendaval que a açoitou e a fez vergar por um momento, e por isso trocar o conhecimento do gérmen e da raiz que a criou e lhe deu o carácter e lhe alenta a vitalidade.

A vaidade, elevando-se a juiz das vaidades e reflectindo a vida das nações, depois de lhe insinuar ingenuamente o seu próprio ser de desvanecimento e a ambição de resplendores e lisonjas terá grande responsabilidade nesta singular corrupção da história, ou melhor na inversão de va-

lores que tem consistido principalmente em transferir da vitalidade subconsciente da grei para o esforço voluntário das individualidades toda a iniciativa, toda a fôrça inicial donde proveio o movimento dos povos e suas conseqüências nas vicissitudes e feição das comunidades. Na obsessão de que a história é produto das diligências, engenho, índole e coragem de eleitos, a vaidade, pelo muito que esses sonhos a cativam, os avoluma, e logo daí tira visões conformes, aqui ampliando a estatura dos seus apaniguados e adornando-os copiosamente por efeito da simpatia em que os distinguuiu, e acolá amesquinhando as proporções de quem não lhe caiu em graça certamente por virtude de recônditos instintos, aversões latentes de uma inveja à qual nem sempre será totalmente alheio o pressentimento de que não podendo a debilidade de quem julga erguer-se a-par do que é julgado, melhor será demoli-lo para que a inferioridade fique menos evidente.

Assim, o cuidado constante de apontar e justificar preferências entreteceu na história rivalidades e emulações infinitas, acabando por de todo atropelar o conhecimento exacto dos factos; sempre que os tinge da côr do historiador, cria partidos na história, identificados com os partidos políticos de que se propõe contar a jornada; e renovando-lhes as contendas alimenta-se então das paixões de outras eras, deixando que quem as rememora imagina participar da sua grandeza só porque as refere com aplauso. A vaidade dos que louvam e a vaidade dos que são louvados

consubstanciam-se, um mesmo espírito de jactância repassa a história dos que escreveram em semelhante disposição e a daqueles que sob a pressão de iguais impulsos a fizeram por seus actos. Entretanto, sob este rumor e agitação das vaidades singulares invadindo a história, ter-se-ão esquecido as suas profundezas maternais nas verdadeiras entranhas, aquele movimento poderosíssimo, soberano, que na realidade a fabrica e lhe imprime carácter, e do qual as grandes individualidades serão, na melhor hipótese, intérpretes felizes, sendo-lhe também em outros casos, infelizmente frequentes, servidores infieis e opressores crudelíssimos. Essa força latente e constante pela qual a vaidade em busca de troféus de vaidade, habitualmente passa indiferente, essa força que mostrando-se e operando tenacíssima na vontade de todos não pôde ser privilégio da vontade de ninguém, porque é ela que absorve e governa, jàmais se deixando absorver e governar por virtude de uma superioridade incoercível, essa força será como um fenómeno cósmico, alheio a todos os heroísmos e maior do que elles, fazendo e desfazendo todas as civilizações, renovando-as e resurgindo-as de todas as decadências, que a vontade heróica jàmais pôde conter onde decadência houve proveniente da degeneração da grei.

De forma que a história para ser, não diremos só acto de honestidade mas também uma sciência exacta, terá de ser concebida em humildade, — naquela humildade que é a confissão da nossa fraqueza essencial, o reconhecimento dos poderes

mais altos que regem a germinação e o movimento das sociedades, a verificação e respeito constante do misterioso criador perante o qual seremos apenas espectadores e colaboradores submissos, sem que afinal nos seja dada a liberdade de nos volvermos em autores e senhores, embora o orgulho nos faça crêr que estas qualidades nos foram algum dia atribuídas.

O que até ao século XIX se fez foi principalmente, em grande extensão exclusivamente, a história urbana, a que pressupõe as nações o edifício de génios predestinados, sobre-humanos, e tudo o mais o seu cortejo, e não raro a seu arbítrio; e o que no século XIX começou a considerar-se e a crescer e no século XX mudou toda a perspectiva da história, foi a contemplação da história gregal, da história em que a constituição das nações e comunidades é o arrojo tenaz e misterioso da intuição colectiva, e tudo o mais é o seu acidente, sem excluir e antes muito particularmente compreendendo no acidente a história urbana.

Foi para semelhante desurbanização da história da nação portuguesa que Alberto Sampaio nos deu em toda a série dos seus estudos bases inabaláveis, incontestavelmente definitivas.

E' verdade que as vilas, na sua modéstia, nem de longe pretenderam significar os fundamentos e razão última da história nacional. Pelo contrário, acautelaram-nos contra quaisquer veleidades da nossa parte, propensos a atribuir-lhes o valor de chave de decifração suprema; pelo título e pelo tento são apenas *do norte de Portugal*,

e pelo sub-título seriam unicamente um *estudo sobre as origens e estabelecimento da propriedade*.

Mas, como o modo de possuir a terra é o fundamento e principal expressão do carácter dos povos e este é que faz e governa as nações « como a terra é o alicerce e no modo da sua apropriação estão as raízes primordiais do sistema das instituições », segundo há muito Oliveira Martins nos assegurava ⁽¹⁾, o conhecimento da constituição da propriedade nos induzirá no conhecimento do coração da comunidade; — crescendo, em o nosso caso, que embora em Portugal possam distinguir-se por caracteres inumeráveis o norte e o sul, o que fica além e àquem Mondego, ou, talvez mais exactamente, àquem e além Vouga, é pelo que se passou no norte e não pelo que no sul aconteceu que temos de julgar os impulsos essenciais da história nacional. O que criou a nação e a fez pulsar, é esse norte, tão apertado e pequenino nos acanhados limites dos seus outeiros como grande na diuturnidade do vigor infatigável que os habita e lavra. Daqui nos veio o nome, do condado portucalense o herdámos: daqui se despenhou a coragem que fundiu em um só corpo diversíssimas terras e diversas gentes que o norte pelos seus capitães de armas conquistou e submeteu à uniformidade do seu domínio. O norte foi e ainda não deixou de ser o gerador por excelência da energia nacional. Foi ele que a

⁽¹⁾ *H. da civilização ibérica*, pág. 73 (Livraria Bertrand; Lisboa, 1879).

produziu na origem e incessantemente a renova; foi ele que arrancou o sul ao domínio Sarraceno, o englobou nos seus bens, o povoou e ainda agora lhe manda trabalhadores; é ele o viveiro privilegiado da gente portuguesa, é ele que mandando-a a mourejar pela América e pela África acode às ruínas e desvairamentos que nos precipitam em sucessivas crises de indigência. A nossa única riqueza segura são os homens, e quem no-la mantém é o norte de Portugal; outro abrigo dos berços não temos conhecido. Eloquentemente o afirmam as estatísticas.

Ora, e neste ponto é que os estudos de Alberto Sampaio nos vieram renovar e esclarecer a história; foi o romano, como vimos, que organizou o norte de Portugal em termos de produzir homens; foi o romano que para aqui transportou e aqui radicou o sistema de apropriação e cultura de terra que na Itália inventara e experimentara com êxito, aqui o instituindo com todos os seus usos e costumes, aqui reproduzindo plena a sua civilização, a sua concepção prática de uma ordem social. Foi o romano que nos criou, e com tal genial segurança e precisão que nem vinte séculos de tempestades políticas puderam destruir o edifício em que nos agasalhou, o refúgio que nos protege e ressurgue de todas as calamidades, nem outro melhor podemos sonhar. Esta é a lição esplêndida e infinitamente fecunda que a nobreza e o talento de Alberto Sampaio nos deram nos seus estudos, e muito especialmente nas suas *Vilas*.

Sem base geográfica natural desde que « a linha divisória que parte do Minho e termina no Guadiana não segue a orientação de uma montanha nem o curso de um rio, cai perpendicularmente sobre cordilheiras e rios, tal qual o *equilíbrio* e os tratados consequentes a riscaram », destituída de causa étnica, pois « quem trilhou Portugal e a Espanha vizinha observou de-certo um parentesco evidente entre as populações dos lados do Minho, dos dois lados do Guadiana, dos dois lados da raia seca de leste e, se êsses homens não falassem, ninguém os distinguiria », quando « por outro lado, nunca ninguém confundia um algarvio, ou um alentejano puro com um puro minhoto »; — a nação portuguesa só pode encontrar unidade « nas tradições de uma descendência comum » e « nas consequências da vida histórica » ⁽¹⁾ e essa tradição e vida histórica será apenas uma romanização, mais acentuada em o Norte de Portugal do que em qualquer outra região da península, segundo os estudos de Alberto Sampaio nos autorizam a crer. Essa é o coração da sua homogeneidade e consistência.

Não data de Afonso Henriques a fundação de Portugal. E' romana. O que neste lugar da Ibéria havia de prè-romano foi inteiramente absorvido pela romanização, e, facto capital, essa romanização manteve-se na continuidade dos tempos, mal e escassamente se modificando, sem perda

(1) O. Martins. *H. de P.*, tómo 2.º, 1.ª ed., págs. 304 e seg.

essencial, para suportar as conjunturas a que o tumulto político a sujeitou, nunca todavia capazes de turvar a natureza de seus princípios vitais e objectivação correlativa. Aqueles êrmos, *desertos, terras desabitadas*, de que os cronistas nos falam, têm de ser entendidos em termos hábeis. Em todas as invensões militares «o grande número fica sempre, quaisquer que sejam as tormentas, retraído, escondido, na passagem dos exércitos, amigos ou inimigos, dando ao país a aparência de um deserto». Quando foi da restauração astur-leonesa «a população existia, mas fugidiza, sem ponto de apoio, justamente medrosa pelas violências a que estava sujeita uma terra sem leis nem autoridades. Desde que teve quem a protegesse, appareceu immediatamente para a vida social». O bispo Odoário, por exemplo, sob incumbência de Afonso I, recompôs em poucos anos as dioceses de Lugo e de Braga; e da rapidez da reconstrução, das formalidades da posse e do inventário dos bens que os documentos registam, resulta a demonstração de que tais êrmos não existiam. «O que houve foi uma desordem profunda e prolongada, resultante da ausência de governo regular, das guerras incessantes, e da nova compreensão dos direitos da coroa sobre os prédios, de que se derivou a *presúria* e a substituição de proprietários; mas quer ela se exercesse sobre a parte que estes exploravam por sua conta, quer sobre a outra dividida em lavoiras parcelárias, o *presor* tinha o maior interêsse em conservar os trabalhadores, aliás cessaria o rendi-

mento. Por isso, ora fugindo, ora voltando às suas casas, elles persistem.»

Persistem e esta persistência é o princípio vital orgânico da história nacional. Persistem para conveniência e vantagem de sucessivos e ávidos senhores, ontem romanos, depois suevos ou vândalos ou godos, depois sarracenos, por fim filhos bastardos ou legítimos de muitas raças, remanescente de quantos por aqui tinham passado, acrescentadas com estranhos que vieram a seu chamado, todos empenhados e esforçados em possuir a propriedade que o romano criara à sua imagem e se mantinha na genuinidade da origem; persistem através de todas as apreensões e devastações, e esta persistência é o princípio vital da nossa história. O carácter e os feitos daqueles em benefício económico das quais o passado permaneceu vivo e fecundo, será porventura e apenas o aspecto externo das coisas possuídas, o primeiro em evidência por isso mesmo que é superficial, mas sempre e infinitamente transitório, nada podendo sobre a substância íntima.

bibRIA



III



QUE fôrça íntima, que alento de energia inesgotável criou e animou sem desfalecimento a dedicação religiosa dêste homem que à sua pátria soube trazer tão elevada consciência do passado, tão segura confiança da sua perdurabilidade no futuro, e tão clara revelação das obrigações que êsse passado nos impõe? O que e quem foi êste que, acrescentando mais de dez séculos à nossa história, nos fortaleceu pela ressurreição dos seus fundamentos indestrutíveis, simultâneamente nos instilando na alma o sentimento da robustez, nobreza e dignidade que nesses alicerces se edificou e nos inflamando o ardor de bem as compreender, zelar e honrar?

O homem que tamanhas riquezas nos prodigalizou viveu só vida de amor; só do amor procede a sua obra. Nem pela ansiedade de se avantajear aos demais em merecimentos, nem por avidez de curiosidade com que desapaixonada-

mente acudisse a desenfastiar o pêso da vida, nem por interêsse, nem por glória, nem por mera ambição de saber que a intelligência instigasse, Alberto Sampaio consagrou os seus talentos e todo o seu tempo e todos os seus desvelos à investigação da história da sua terra e da sua gente. Só por amor se lhe entregou; só pelo muito que isentamente quis à sua terra e à sua gente professou no estudo beneditino que com êxito brilhante o absorveu. E porque em perfeito amor o consumou, por isso a tão grande altura teve arte de o erguer. O estudo é como resíduo das nossas afeições; será nobre ou vil, estéril ou fecundo, grande ou mesquinho, conforme fôr o carácter do impulso inicial que o move. «Toda a nobreza que em nosso coração arde e se ateia, essa há-de inflamar-se em nossas obras. Quanta pureza houvermos, há-de formá-las, e essa mesma pureza há-de exaltá-las. Serão como nós formos nessas obras.» (*Lord Leighton*).

Pareceria mesmo que destilando incessantemente a candura diáfana donde dimanava, a afeição de Alberto Sampaio à sua terra e à sua gente foi progressiva na intensidade com que se revelou; à medida que o estudo se alongava, cada vez mais se tornava profunda a penetração que o encaminhava e o afêrro com que prosseguia. Há nas obras de Alberto Sampaio certa dilatação contínua que corresponde à diuturnidade dos seus trabalhos. Começara pelos artigos da *Revista de Guimarães*, em 1888, refundidos no volume que intitolou *A propriedade e a cultura no*

Minho — « estudo histórico e de economia rural », disse em sub-título. Foi renovar o intento nas *Vilas do norte de Portugal* concluídas em 1903, um « estudo sôbre as origens e estabelecimento da propriedade » segundo nestas suas palavras adverte, assunto infinitivamente mais vasto que o primeiro esbôço; agora já se não limitava ao Minho nem à preocupação de economia rural; abrangia elementos de significação social infinitamente mais vasta e poderosa. Seguir-se-lhe-iam na série de piedosas oferendas à pátria, as *Póvoas marítimas*, que infelizmente não ficaram completas, embora adiantadas as recebêssemos e em altura de nos instruírem em conclusões de altíssimo valor. Parece que paralelamente se acrisolava a afeição e crescia o poder do espírito que ela guiava, e mais e mais se iluminava a grandeza e a beleza da contemplação do panorama histórico que a piedade laboriosa avistava e nos punha diante dos olhos.

Conheci Alberto Sampaio em 1885, em casa de Oliveira Martins, quando êste habitava no Porto, na sua recatada pousada das Aguas Férreas. Frequentemente se poderiam encontrar ali os melhores espíritos da sua geração. Ali vinham, a alimentar-nos em banquete espiritual, Antero e tantos outros da pléiade brilhante em que êste seria sem embargo o profeta de maior fama e autoridade; à porta daquela morada cessava o tumulto da cidade mercantil que se estendia em redor, ali se abriam reinos de isenção, de nobreza e dos bens da alma. Foi lá que pela primeira

vez encontrei Alberto Sampaio; e lá aprendi a venerá-lo. Ali fui testemunha do respeito que os maiores espíritos do seu tempo lhe tributavam, ali senti a atenção com que todos, sem excepção, o escutavam e a franqueza com que lhe reconheciam o talento, enquanto ao seu carácter prestavam o mais fiel e dedicado culto. A sua voz quando se erguia, em habitual e pausada mansidão, invariavelmente nos impunha certo silêncio significativo. Um dia alguém louvava a rapidez com que o *Projecto de lei de fomento rural*, de Oliveira Martins, havia sido concebido, coordenado e escrito, e Oliveira Martins, na mais honrosa lealdade logo apontando Alberto Sampaio, acudiu a advertir:— « Graças aos colaboradores... » E Alberto Sampaio, de quem uma extrema modestia nunca se afastava, não o negou. Tanto valeu o seu saber e conselho para os maiores do seu tempo.

Mais tarde, em 1901, um incidente da nossa amizade me deixou conhecer menos superficialmente a natureza privilegiada do espírito de Alberto Sampaio.

Por sorte da versatilidade da minha vida, achei-me publicista sem conhecer bem língua alguma; porventura a língua materna seria aquela que mais imperdoavelmente ignorava. Humilmente, para me precaver contra erros mais graves, tinha de invocar bastas vezes o auxílio de amigos menos desacompanhados; e quando imprimia o *Sonho de Perfeição*, teve Alberto Sampaio a generosidade de lhe fazer a primeira revisão de

provas. Então vi, não sem pasmo, até onde iam o seu poder de exame e os seus escrúpulos de exactidão; qualificativos inúteis ou falsos, frases redundantes ou mal cabidas, repetições desnecessárias e embaraçosas, todo o material impróprio, sobejo ou inarmónico, Alberto Sampaio procurou varrer do meu pobre romance, com um esmiêro que era a um tempo a demonstração da sua destreza técnica e a expressão da delicadeza do seu carácter. Se há indulgência que me tolere uma tal aproximação, parafraseando o que Górkí disse de Korolenko, por minha vez assegurarei que «se não escrevo melhor, a culpa não foi de Alberto Sampaio».

Muito aprendi nessas lições de uma aturada colaboração que não posso lembrar sem infinita gratidão e saudades. Mas a maior das lições que então recebi, foi a que me ensinou a respeitar a honestidade na arte de dizer, aqui prevalecendo como em toda e qualquer arte, sem excepção. Pelo estreito contacto com um espírito de análise poderosíssimo, inspirado por tão entranhado e lúcido amor da verdade que ao governo da verdade sujeitou todos os demais motivos e investigações do labor literário, adornos, brilho, opulência, quanto a nossa imaginação e o nosso orgulho e a nossa vaidade possam inventar e querer para realçar e tornar clamorosas as nossas obras — por essa doce e felicíssima disciplina aprendi que a lealdade e a obediência estrita da palavra ao pensamento será afinal a mais eficaz das leis da gramática, o mais seguro viático do vigor da lin-

guagem e o filtro mais fiel da sua beleza. Não bastaria amar apaixonadamente a verdade e a formosura; convinha servi-las em uma reflectida moralidade, juntar ao amor a serenidade conscienciosa e na própria linguagem interpretar em termos de dever o muito que lhe quiséssemos e tributássemos. A linguagem, para ser boa, sã, subentendia um acto de probidade.

Dediquei a Alberto Sampaio o *Sonho de Perfeição*. Realmente, muito lhe pertencia pela solicitude fraterna com que me coadjuvou nas freimas e embaraços dos meus claudicantes ensaios. E escrevi:

A Alberto Sampaio

Ao historiador eminente das «Vilas do Norte de Portugal», reconstituição admirável dos fundamentos sociais históricos do povo português — em testemunho de muito reconhecida amizade — ofereço este pobre trabalho, no qual pelo seu conselho foi sempre para mim grande mestre e muitas vezes generoso colaborador.

Logo me respondeu. «Li a dedicatória; beijo-lhe as mãos pelo que me diz; sei que é a expressão do seu sentimento; permita-me porém dizer-lhe que exagerou: «eminente» é de mais, sem dúvida; como havemos de qualificar Herculano? Reconstituição? Ai meu amigo! Se substituísse a primeira palavra por «obscuro», se à segunda antepusesse «tentativa de», se eli-

minasse as últimas quatro linhas, tudo então ficava bem. A sua amizade engrandece o que realmente é pequeno » ⁽¹⁾.

Grande carácter! Foi por êle que tornou fecundo o talento e a actividade. Longos anos desconheci a fôrça inicial das suas obras, mais pronto em lhes admirar a grandeza e colhêr os ensinamentos que em lhes distinguir o propulsor íntimo, donde brotavam a tenacidade e a lucidez essenciais para levar a cabo tão sólido e paciente monumento das letras pátrias. A proximidade e a continuidade do affecto tornar-me-iam por tal modo habitual e invariável o contacto do carácter que mal o sentiria e quási o reduzia a uma actividade vulgar e comum. Foi necessário o apartamento que a morte provocara para que pela dor da separação me chegasse a consciência perfeita da natureza da perda que sofria. Só então, e exaltado pela mágoa, compreendi até que ponto as obras de Alberto Sampaio eram filhas do seu carácter, até que ponto dimanavam do carácter os clarões da intuição que o encaminhou e por misteriosos laços o manteve absorto e enlevado na sua criação, com uma persistência inalterável, como inalterável era o amor que a alimentava, transformando o estudo em obra de arte. Porque onde o carácter passou, ficou invariavelmente no chão uma obra de arte; ou lavre a granja, ou erga o templo, ou escute as afeições e ordene o

(1) Carta ao autor em 24 de Outubro-de 1901.

pensamento, sempre no rasto deixou o espelho da harmonia da vida.

Li um dia a Alberto Sampaio algumas passagens das *Memórias* de Kropotkine; falavam da ignorância simples e da obtusidade moral dos magistrados que se achavam à frente da administração do império moscovita e registravam a opressão, miséria e abandono do povo. Ouviu com atenção o libelo temeroso e eu, que lho repetia mais por lhe mostrar a finíssima arte de contar que ali estava, tão singela, que por lhe solicitar a simpatia com a desgraça que em sua substância patenteava, encontrei-o muito mais inclinado a reflectir na rectidão da causa que o comovia do que enlevado na perfeição da arte que a exprimia. Sob o homem tranqüilo, regrado, sereno, pacífico e modesto habitava o apóstolo dos humildes que não se apavorava com os anátemas do anarquismo e antes lhes sentia a justiça e cogitava os remédios.

Por esse mesmo tempo — era isto no verão de 1908 — uma noite, no vaguear da palestra verificámos que nas minhas jornadas pelo Minho já havia passado próximo de propriedades suas. E então falou-me delas. Visitava-as pouco. A casa estava deserta; não tinha lá família e não a tendo onde outrora a encontrava, aqueles lugares só lhe acordavam saudades e mágoas. Andavam entregues aos caseiros. Não sabia nem queria averiguar do zelo com que eram tratadas, nem da inteireza com que lhe era apartado o seu quinhão, e da possibilidade de acrescentar o rendi-

mento. Havia quem dissesse que era muito prejudicado, mas estava lá gente que há muito morava lá e carecia daquilo para seu sustento. Não ia inquietá-la. E o mais da sua bondade resumiu-o num gesto de abdicação.

Na história, não o tentaram investigações de erudição pela erudição, nem especulações filosóficas, nem esplendores da arte, nem labirintos diplomáticos, nem quanto cativa o orgulho dos temperamentos aristocráticos; correu direito à morada dos humildes, ao labor e canseiras dos servos da gleba, fervorosamente as contemplou desde as origens até àquela hora em que as tinha diante dos olhos a tirar da terra o pão com o suor do rosto. Por certo poderia dizer com Wordsworth que «o amor procurou-o nas choupanas dos pobres. Seus mestres, de todos os dias, foram as árvores e os ribeiros, o silêncio que habita o céu estrelado, a paz que mora entre outeiros solitários». «Nos jardins, disse-me, nada o cativavam as plantas exóticas. A todas as estranhas preferia as da nossa terra. Nenhuma achava mais belas que as nossas árvores com seus renovos da primavera e a nudez austera dos invernos.»

O povo, o terceiro estado, o gregal e o comum, êsse o acompanharia nas vigílias. Uma auréola sagrada lhe iluminaria a fronte das multidões curvadas sôbre a leiva, da leiva arrancando o pão com que se sustentam e nos sustentam; passavam e repassavam na lembrança do filósofo e sacerdote, que as interrogava, afanosas

e mansas, criando para abrigo dos nossos corações uma pátria. Agora empalidecia a jactância dos heróis e se amesquinha o efêmero poder e o desvairado engenho dos impérios. Cativado pela pobreza forte dos bandos anónimos e pela beleza intacta das suas choças, pobreza e beleza amava e servia revelando-lhes a grandeza e impondo-a à nossa admiração e ao nosso respeito, coagindo-nos a confessar o que lhes devemos. Na cogitação solitária do beneditino, voluntariamente apartado de uma civilização estrepitosa e inquieta, enfêrma, plètórica de materialidades e espiritualmente inane nas canseiras, povoar-lhe-iam o retiro figuras tismadas de cavadores e mestrais, em face dos quais eram anémicos os guerreiros de escudos reluzentes. Como o seu mestre Alexandre Herculano e pela mesma arreigada afeição — diríamos talvez melhor identificação — era nessas plebes indistintas que buscava a substância íntima e viva da sociedade portuguesa, e trazia-lhes o seu tributo de fidelidade, esclarecendo-nos a consciência do que significavam.

Desamava a Renascença — talvez porque instantivamente o agravaria a injúria que a Renascença representou para aquela fermentação espantânea e vitalidade exuberante do comum que cativava Alberto Sampaio, talvez porque a Renascença interrompera violentamente a «pobreza forte» que na Idade-Média erguera castelos e formara reinos, fundindo as classes, ou melhor, as profissões, na unidade de aspiração que foi o seu poder miraculoso. O sentimento de comunidade

e reciprocidade que se insinuara na vida económica e na consciência moral e religiosa da Idade-Média, foi, na Renascença, primeiro preterido e por fim atrofiado pelo despotismo de diversas superioridades, nem sempre legítimas, e pelas divisões e antagonismos sociais correlativos. Foi a Renascença que desenvolveu o espírito aristocrático que havia de depauperar e corromper a arte pela mímica do vigor das seivas comuns; na escala da cultura académica estabeleceu diferenciações, distâncias, estratificações, e semelhante inversão de forças destrutivas da unidade social não podia deixar de suscitar o alheamento de Alberto Sampaio quando não lhe provocasse uma aversão positiva. Declaradamente lho ouvi confessar; e é manifesto que as tendências da Renascença, que aliás alastraram exuberantemente por todo o reino, nunca poderiam captar a simpatia de quem reconheceu Portugal «sustado no meio do seu desenvolvimento», exactamente por essas propensões dissolventes que a Renascença lhe inoculou. «Desde o século XII um ideal político comum, reunindo sob uma bandeira os homens da marca portuguesa para a conquista dos territórios ao sul do Mondego, dera-lhes uma certa coesão, como a muitos grupos que se formaram por êsse tempo na península.» «A profícua e sensata administração Afonsina, se fôsse até ao seu complemento, teria feito do pequeno estado peninsular uma verdadeira nação.» Mas, além de que à medida que «os rudes e heróicos conquistadores foram descendo gradualmente para as

ricas planícies meridionais e iam adquirindo enormes extensões de sertão assolado por guerras seculares, e as gentes que compreendiam na sua conquista eram de uma estirpe etnológica diferente da sua», à medida que as próprias conquistas pervertiam a índole originária, os sonhos da Renascença apoderando-se do ânimo de toda a nação teriam rematado o desvairamento. Sobre as ruínas da coesão e espontaneidade orgânica da Idade-Média e a fecundidade florescente e caprichosa da vida, vinha a Renascença fundar o cálculo, a ambição e a cobiça, a rigidez da regra e do direito, as edificações angulosas da abstracção, e as teorias e as hierarquias; e Alberto Sampaio que na sua obra vivera dilatadamente os tempos de candura da grei não podia receber com afeição o movimento que arruinara a cidade com que intimamente se familiarizara.

Alberto Sampaio adoptou com entusiasmo a reforma de ortografia proposta e defendida por Gonçalves Viana em 1904; e, embora desse boas razões de natureza técnica e educativa para a seguir, tenho para mim que o motivo porventura vago e obscuro mas o mais fundo da sua conversão imediata seriam afinidades manifestas e poderosas que ligavam a nova grafia àquela ordem de sensações e considerações que o divorciavam da Renascença. A ortografia etimológica era um produto escolástico, uma insinuação premeditada e coerciva dos conhecimentos académicos, tais quais muitos outros de toda a sorte, que na Renascença desprezavam e demoliam as constru-

ções espontâneas da Idade-Média, apodadas de bárbaras só porque eram cândidamente honestas. A ortografia fonética viria restituir à grafia o rigor da vocalização e a mais íntima evocação da sua estética, com a faculdade de a traduzir o mais cingidamente que os seus recursos próprios permitem. Representava um sistema a preocupação pedagógica, o sêco desejo de saber, era implicitamente e de contínuo uma lição catedrática; representaria o outro, o que agora o emendava, um eco da nossa voz, a vibração comunicativa do sentir, e era um laço de simpatia. Era este o que mais aproximava Alberto Sampaio da época da nossa história que teve por a mais alta, a única verdadeiramente fecunda, e quem o conheceu e teve a fortuna de ter vivido na sua sombra, sabe até onde a sensibilidade afectiva o movia, e não pode deixar de lhe atribuir influência determinante nas preferências que naquela conjuntura o decidiram.

Em toda a situação, a sensibilidade jàmais teve no ânimo de Alberto Sampaio lugar inferior à inteligência e seus naturais mandados. Exemplo de rara ponderação, no seu carácter todas as actividades verdadeiramente se completavam e mutuamente regiam e adornavam. Quando releio as cartas com que durante tantos anos as prodigalidades da sua bondade me suavizaram a fortuna vária de uma carreira não isenta de espinhos, o que mais lhes encontro e ainda mais fundamente me vence é o alvoroço constante de cuidados e penas e alegrias dos infinitos carinhos

que dali trasbordam. E então fico na persuasão de que êsse alvoroço de affectos teria sido o génio tutelar das suas obras, a musa que lhe interrogou as cogitações e as acordou, a alma materna das visões aladas que em bandos coroam o monumento do historiador e lhe formam um cortejo brilhante.

Isento assim de toda a estreiteza nemésica das severidades da erudição, se ela consegue a posse exclusiva do ânimo do estudioso, seria a sensibilidade a toda a forma de actividade humana que assegurou a Alberto Sampaio a ductilidade e a destreza de pensamento de que deu provas e o poderia tornar tão hábil crítico literário como historiador admirável que êle foi. Os poucos escritos de índole literária que a última colecção dos seus «Estudos» compreende, eloqüentemente demonstram até que ponto no seu espírito e no seu saber puderam coincidir a vastidão do gosto estético e o zêlo e o rigor e a profundidade do investigador e do erudito, para o qual o actual e o passado em vez de se apartarem se completavam.

Quando foi da crise económica e financeira de 1902, Alberto Sampaio publicou na *Revista de Portugal* um artigo, *Ontem e Hoje*, que foi e até agora ainda não deixou de ser um aviso magistral, terrivelmente profético, para o patriotismo exaltado em esperanças de vida nova e nos fumos das glórias passadas inflamando devaneios de milagres de ressurreição, doença nossa com intermitências mais ou menos prolongadas, mas

incurável, periódicamente se renovando conforme as amiudadas desgraças e agonias públicas a estimulam. E Alberto Sampaio com a serenidade imperturbável da sabedoria e da história nos acautelando contra ilusões e vãos esforços, veio a demonstrar-nos pelo rol e sucessão dos erros e angústias que forma o calvário da nação portuguesa, que isto foi sempre assim desde a hora sinistra em que trocámos o desenvolvimento interno pela aventura. Desde êsse momento caminhámos de desastre em desastre, em uma cegueira e demência incorrigíveis, alternando a dissipação com a abundância que o acaso acidentalmente nos faculta, constantemente incapazes de fundar politicamente o quer que seja de estável, próspero e justificadamente contente. «A sociedade portuguesa, sustada em meio do desenvolvimento, nunca chegou a ser um organismo colectivo, vivendo do seu trabalho, com ideal político comum, capaz de se raciocinar e exprimir uma vontade geral. Ontem como hoje, tem sido sempre uma sociedade de aventureiros. Quando aparecem situações de miséria e penúria, constantes na sua história, a população resigna-se e sofre tudo; ou emigra, acostumada como está à aventura» (1).

O desalento, que é um modo da paixão, viu nessas páginas o agoiro de anátemas mortais e a desolada abdicação última da felicidade; e ainda agora, recentemente, o ilustre poeta Sr. João de

(1) A. S., *Ontem e Hoje*, no final.

Barros, apreciando a edição dos estudos coligidos de Alberto Sampaio, suspeitou «afirmações pessimistas» naquelas palavras austeras de paternal conselho.

De facto, não o são. *Ontem e Hoje* provou apenas a continuidade da desordem governativa e a passividade irremediável da grei que sofre e suporta sem tentativa eficaz de desagravo ou emenda a fatalidade lúgubre de semelhante calamidade. Mas simultâneamente, o mesmo sudário nos convence de que, se à instabilidade e desvairamento dos governos corresponde certa subtil e tenaz consistência que alimenta a continuidade e identidade do agregado social, se com as forças de dissolução incessante coincidem energias manifestas de uma vitalidade fundamental ininterrupta e coerente, prolongando-nos a existência através de todos os naufrágios, ressurgindo-nos de todas as profundezas trágicas em que nos temos abismado, — um fenómeno desta natureza e magnitude, a irredutibilidade de uma aspiração salvadora superior a todas as contingências dos governos e seus efeitos de desgraça, supõe uma disciplina orgânica constitucional, uma razão de ser, indelével, perpétuamente criadora. Atentemos nas cabanas que tão insistentemente o pensamento de Alberto Sampaio visitou e é possível que lá encontremos a decifração do enigma. Nos seus lares cessará o mistério. Aqui topamos de frente com a «antítese» que Alberto Sampaio verificou e é a pulsação vital da nossa história, a «antítese» que é de todos os tempos, de ontem e

de hoje, — «o tumulto e as convulsões em cima, a paz e o sossego na vida do povo; fixado dentro das vilas, elle continuava (e continua) a-pesar-de todas as tormentas politicas, no percurso das suas occupações ordinárias, apenas com as differenças trazidas devagar pela lentidão dos anos.»

Esta faculdade milagrosa de renascimento que nos ampara, o alento inesgotável de vida que nos anima e ergue de toda a prostração, não será por certo outra coisa senão o impulso ininterrompido da aspiração que o génio romano nos insinuou nas veias. Esse traçou e fundou os casais e nos casais abrigou e perpetua a economia, a arte, a moral e a religião de que os casais são berço e refúgio, e do romano lhes vieram. Na história de Portugal não haverá propriamente decadência nem esplendor. Haverá, sim, momentos amiudados de infortúnio e loucura, conforme sobretudo as vicissitudes do domínio politico na sua opressão os trazem ou afugentam ou na sua inércia os moderam; mas não haverá progresso nem retrocesso da substância pátria por excelência, o coração dos homens. Somos o que fomos desde que o romano nos criou, com todas as suas virtudes e fraquezas. O que temos tomado por história nacional, ora exaltada em glórias, ora carpindo a desgraça, banhada em lágrimas, são os accidentes da vida temporal, horas propícias e horas amargas que aflagam ou açoitam mas não alteram a aspiração da gente, que é constante. Onde a caducidade se mostrou, sempre, no correr de vinte séculos, nos acode o remanescente da «pobreza

forte» que o romano nos doou, e logo nos robustece senão para o gôzo de novos bens, ao menos para o martírio de nova cruz. Escravos da pátria, o sentimento dessa escravidão nos prende à terra e nos constitui sacerdotes de uma religião da qual através de todos os perigos e sacrifícios não sabemos abjurar.

Verdadeiramente, nunca emigramos, nunca desertamos; apenas, se nos oprimem mais vivamente as misérias determinadas pela insânia governativa e por desvairamentos cúpidos da grei, vamos buscar com o suor do rosto a terras longínquas quanto baste para libertar de dívidas e decadência os casais onde habita a «pobreza forte» que fez a nação e foi reconhecida e louvada por Alberto Sampaio. Partimos, e mal a sorte e a diligência nos bafejam, logo voltamos a reanimar o fogo no lar das cabanas, que são o corpo e a alma da nação — exactamente o refúgio inexpugnável do que o romano instituiu para morada do seu espírito, o filtro de vitalidade inexaurível e alimento incorruptível do carácter que nos legou o nosso património económico e moral inalienável. Todo o norte do país sabe e de contínuo experimenta como o valor da terra e da casa depende do *brasileiro* e do *dóllar*, heróicos e incansáveis redutores da ruína.

As espécies não enlouquecem nem se suicidam; o suicídio e a demência são contingências mórbidas da degeneração individual. Há mães que enjeitam os filhos e outras há, desnaturadas, que os devoram; mas as espécies não cessam de

os criar nem desanimam. O anseio de viver e se multiplicar é na espécie a aspiração suprema; coincide por igual com o vigor e a debilidade, se é que não se exalta com a debilidade; as árvores, se se sentem decaídas e prestes a morrer, não raro frutificam superabundantemente. Em seu mistério parecem sacrificar as últimas seivas à salvação da espécie. E o mais alto significado dos estudos de Alberto Sampaio, e, conjuntamente, o seu mais poderoso conforto da energia pátria, o seu mais activo estímulo de vida, o espírito que lhe atribui um lugar privilegiado entre quantos, e muitos ilustres, que sondaram os enigmas da consciência nacional, é que sentiu, decifrou e nos revelou na história a palpitação através dos tempos de uma espécie étnica nobilíssima na continuidade imperecível e una do seu princípio orgânico, e logo a libertou da tutela illusória das individualidades de diverso carácter fortuito que nos seus erros se sucederam e acidentalmente conseguiram sobrepor a sua vida à vida da espécie, — individualidades efémeras, mudáveis, discordes, antagónicas, sem laços de consubstanciação e identidade gregal, que nos facultem estabilidade, seqüência e razão de ser, em meio da confusão na qual elas se moveram e pereceram.

«Inclino-me», escreveu Montaigne, «a que as vidas mais belas são as que pertencem ao modelo comum e humano, com ordem, mas sem milagre, sem extravagância.»

E' possível que o patriotismo ávido de falsas glórias e receoso de perder as que o adornam,

chore uma humilhação dolorosa na integração da história nacional na catolicidade romana; não sem razão, suspeitará um extremo arrasar de fronteiras na jornada por onde os estudos de Alberto Sampaio nos levam. Mas é insensato e injusto se assim pensa. Além de que alargar os limites da história nacional é ampliar-lhe a grandeza, investigar-lhe e reconhecer-lhe a legitimidade, antiguidade e nobreza, fortalecê-la com a energia da consciência de uma salutar herança e suas instantes obrigações; além de que iluminar-lhe a tradição é abrasá-la no ardor purificante do seu esplendor: — a qualidade de tributária não será menos honrosa que a de iniciadores, se o tributo é prestado em termos de inteligência e honestidade. Bem servir não será, moralmente, menos que bem criar. Imaginar perda de dignidade pátria ou minguar das suas riquezas pelo facto de incorporar a pátria em uma pátria maior, seria como julgar o globo terrestre amesquinhado e despido do seu revestimento de formosura, porque faz parte de um sistema planetário e recebe do sol a luz e o calor, ou reputar uma estrela escurecida porque pertence a uma constelação. Se havia portugueses antes de haver Portugal, com orgulho podemos aplicar à nossa gente o que Boissier respondeu a Mommsen quando este desdenhosamente achou o francês actual verdadeiramente contemporâneo no temperamento e no carácter do gaulês que César descreveu: — «Sentimos certa alegria sabendo que havia franceses muito tempo antes de haver uma França, que a

nossa raça é tão antiga e lançou tão profundas raízes no chão que ocupa que as invensões dos estranhos passaram sobre ela como uma chuva de tempestade. Parece-nos que esta antiguidade de origem não só é uma satisfação de amor próprio; robustece também o espírito nacional. Quando pensamos que esta terra que habitamos nos pertenceu sempre, mais nos consideramos seus legítimos senhores, e mais nos encontramos dispostos a defendê-la e certos de a conservar» (1).

De facto, a transfusão da vida nacional na catolicidade romana não importa mutilação da pátria. A grandeza de uma nação não está nem poderá estar no inventário e na história das singularidades pelas quais se aparta dos outros povos; antes dependerá do diverso grau em que o seu espírito se integrou na civilização e principalmente do carácter e nobreza dessa civilização. Fácilmente confundindo a condição das coisas e a condição das almas, e não menos facilmente nos inclinando a consentir que na apreciação do valor pátrio o aspecto das coisas sobreleve às virtudes do ânimo, habituamos-nos a referir a glória da pátria a termos muito próximos da sua redução a edificação meramente económica; e achamo-la engrandecida se por egoísmo alcançou somar e colhêr largos haveres materiais, e reputamo-la em degradação se está pobre e sofre penas da indigência do corpo. Muitos sabem e que-

(1) G. Boissier. *La fin du paganisme*, vol. II, pág. 50. (Hachette, Paris, 1898).

rem ardentemente possuir os homens e as coisas e a esse estado de cobiça e avareza chamarão amor da pátria; raros sabem servir em culto e acção os outros e as coisas, Deus e a formosura e a vida, e a esse estado de consagração chamam felicidade da pátria.

A-par da Igreja que é doutrina, sacerdócio, hierarquia, lei e instrumento do govêrno visível dos homens, subordinada a princípios de autoridade; a-par da Igreja instituição do mundo, a religião distingue uma outra Igreja, a Igreja do espírito, vasta e complacente, compreendendo no seu âmbito gente de diversa crença, comunhão de santos e de videntes na consciência divina, uma igreja na qual, nas palavras de Channing; «são admitidos quantos partilham o espírito de Cristo, e da qual só por si alguém pode ser excluído, pela morte da bondade em seu próprio peito». «A rocha sôbre a qual a Igreja do Espírito está edificada é a indestrutível consciência essencial do Deus vivo que não carece de apoio externo para lhe garantir a estabilidade» (1).

Semelhantemente, como em toda a actividade do espírito que haja de se encorporar no mundo tangível, teremos sonhado e glorificado duas pátrias, uma que é a ordem das coisas, material e palpável, objecto de orgulho e avareza com seus heróis, príncipes, domínios, regras, mandados, guerras, astúcias, e tratados, a seu modo sacerdo-

(1) Dr. Francis P. Peabody, na *Yale Review* de Abril de 1924.

tal, uma pátria instituição ; e paralelamente, mais alto e melhor, há uma pátria que se alimenta do coração e compreende humildes e poderosos, superior à condição das coisas, pátria que vive no peito dos profetas que a exaltam e na obscuridade ingénua que a ama e serve, pátria só fundada na consciência de um amor e de uma comunidade indestrutíveis através de todos os acasos do tempo e do espaço, invulnerável à contingência da sua sorte terrena. E ainda aqui, nesta pátria do espírito prevalecerá a máxima evangélica que quer que a letra mate e o espírito vivifique.

A pátria que vivifica é apenas um estado de alma e de todo o naufrágio se salva só por virtude do seu alento ; a que não passa de acomodação das coisas do mundo e contentamento ou infortúnio das suas ambições, essa a cada instante desvaira e precipita na morte. Não, a pátria não é um resguardo das alfândegas, nem tampouco o fetichismo de façanhas militares e arrojos de navegações ; não é o bramir de ufanias ou um código de leis ou um sistema de instituições ou hierarquia do govêrno, tudo o que é por demais eivado de caducidade para que possa significar um poder religioso ; a pátria é um retalho do chão e uma voz, uma paisagem e uma língua, é o adejar das aves e a majestade das rochas em seu trono de montanhas, e o gorgueio do peito igual ao nosso, e o sussurrar das águas e das brisas que nas frondes silvestres murmurarem : — a pátria é um facto da natureza e um dom divino, um modo de ser espiritual e a sua expressão, o segredo de

afectos recatados, uma saúde e uma estética, uma contemplação e um conforto, um fluxo da beleza da terra e uma graça do coração. «Para a maioria dos homens, a paisagem da terra natal é aquela parte da herança que mais indissolúvelmente sentem pertencer-lhes.» (H. A. L. Fisher).

Nos lamentos do exílio, o bardo popular ingénuo ⁽¹⁾ mourejando em terras da América, ao cantar as saudades nas fôlhas que juntou no bernal, sentia-se «uma rosa sem jardim». Dorido rememorava quanto na pátria tinha e longe lhe faltava — manhã serêna e rouxinóis e o céu azul e andorinhas, telhados, trepadeiras «correndo do pé ao galho»; e as borboletas e o gaio e a cotovia; e o sol ao cair da tarde; e aquelas serras donde a aurora surgia e a claridade. Lá tinha «a relva por leito», e o «carvredo era seu peito», e as flores «o coração»; e os pinheirais eram «os braços» e os salgueiros eram «laços», e eram «lágrimas» as fontes e a floresta um «sorriso». Vinha morrer no seu lar. Deus dêle «tivesse dó» para não morrer na escuridão. Deus lhe desse «por cemitério o bosque» e «o musgo por mausoléu».

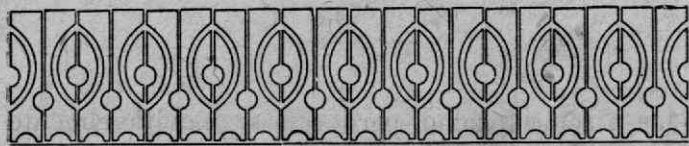
Esta é a pátria que o espírito e o coração de Alberto Sampaio habitaram; esta é a pátria que êle contemplou e serviu. E esta é a pátria que entre a claridade dos troféus de nobreza que a enaltecem recebe e guarda a memória de Alberto Sampaio.

(1) Sebastião Rodrigues Felizardo, da vila de Eixo, aqui nascido a 5 de Novembro de 1860 e falecido em Cascais em 3 de Abril de 1906.

2.^a PARTE

Interpretação da História Nacional

bibRIA



I



formação das nações como unidade de governo poderá facilmente resultar da capacidade militar, do talento que pelas armas conseguindo juntar terra e homens tudo obriga a uma só vontade. Porém a formação das nações como unidade de aspiração e simpatia superior às vicissitudes das conquistas, será impreterivelmente a expressão de um espírito gerado espontâneamente. Jámais representará a imposição de heróis, pôsto que esta a favoreça ou contrarie, incapaz sempre de prevalecer sôbre forças íntimas primaciais, em larga escala misteriosas nos seus impulsos de aceitação ou repulsão. Por muito grandes que hajam sido os fundadores de impérios e dinastias, e muitos houve de estatura colossal, se não souberam ser intérpretes das aspirações ingénitas dos homens sob o seu poder e com elas se consubstanciar, se pelo contrário tentaram suprimi-las e substituí-

-las a seu capricho, perderam-se inevitavelmente em construções efémeras; o tempo não lhes perdoa, depressa as arruína e arrasa. Esta foi a nova compreensão da história que com surpresa do maior número e não sem impaciência de graduados historiadores encartados, entrou a exprimir-se com desusada clareza quando, em 1874, J. R. Green publicou uma história, « não dos reis ingleses », segundo sua confissão, « mas do povo inglês. Com o risco de sacrificar muita coisa em si interessante e atraente, e que o uso constante dos historiadores tornara familiar aos leitores ingleses, preferia passar de leve e rapidamente sobre as particularidades das guerras estrangeiras e das diplomacias, sobre as aventuras pessoais dos reis e dos nobres, a pompa das côrtes e as intrigas dos favoritos, e insistir demoradamente nos incidentes daquele progresso constitucional, intelectual e social em que lia a verdadeira história da nação ». Não queria escrever uma « história de tambor e trombeta ». « A culpa dos historiadores é que eles com demasiada frequência converteram a história na lembrança das chacinas dos homens feitas pelos seus irmãos. Mas a guerra representava apenas uma parte pequena na história real das nações. » « Nunca fugira de dizer pausadamente os triunfos da paz » e, « se algumas das figuras convencionais da história política e militar ocupavam nas suas páginas espaço inferior ao que de ordinário se lhes atribuíra, era porque tinha de guardar lugar para figuras menos notadas na história comum, para

as figuras do missionário, do poeta, do impressor, do mercador e do filósofo.»

«A púrpura de Cartago», escreveu modernamente Pedro Hamp ⁽¹⁾, é tão célebre como Aníbal.» «A história de um país está tanto nas suas oficinas e na sua sciência como nas suas batalhas.»

Revolução de igual natureza na história de Portugal será a que a publicação das *Vilas* de Aberto Sampaio provoca. Por certo sem sequer suspeitarem até que profundezas se estenderiam as ruínas que semeavam, não cuidando em seus fins immediatos senão de esboçar, na mais vulgar das suas fainas, a figura heróica e enigmática que se chama o povo, tirando da terra o pão e connosco o repartindo, as *Vilas* consumaram, de facto, uma refundição completa da história pátria. Agora a deixam reduzida a pouco mais do que uma série de incidentes políticos agitando um retalho de terra e a colmeia que o habita romanizada há cerca de vinte séculos e de uma vez para sempre, imperturbável, mantendo íntegras na sua plenitude, desde a inoculação inicial, as aspirações romanas, obscurecidas passageiramente por violências transitórias, no fundo conservando uma continuidade inabalável; por vezes modificadas em seus efeitos e sobretudo no aspecto superficial, nunca foram alteradas na essência de actividade íntima e formas externas

(1) *Un nouvel Honneur.*

correlativas. Sacudida a poeira, não raro rutilante, das batalhas dos que correram a precipitar-se sobre a presa ou a defendê-la das cobiças alheias, dissipadas muitas e exaltadas ilusões de fementidas glórias, talvez que hoje, depois da soberba lição das *Vilas*, não seja erro ou sequer demasia considerar que a história nacional nas suas mais remotas profundezas é a história dos pleitos sangrentos que disputaram o legado romano e simultâneamente a história da perdurabilidade inflexível com que a grei guardou de toda a injúria êsse mesmo magnífico legado. Se nos falarmos do primeiro grande arcebispo de Braga, Maurício Burdino, francês, companheiro do conde D. Henrique na Palestina e que pelo conde fôra promovido do bispado de Coimbra à Sé metropolitana; ou se lêmos que Sancho I para atrair ao reino guerreiros, foi buscar a ordem de Cáceres, à qual fez presente de Alcácer-do-Sal, Almada e Palmella, e abonou a ordem de Calatrava, concedendo-lhe Évora, Alcanena e Jorumenha; é como se nos dissessem que um govêrno dos nossos dias, com a esperança de acrescentar ôs rendimentos do tesouro ou as simples prosperidades das fortunas particulares, havia concedido Angola ou San-Tomé a companhias mercantes estrangeiras, e com a concessão das terras lhes entregasse o domínio dos negros que lá moram. Em qualquer hipótese, quer se trate de brancos acantonados nos vales do Gerez desde que o império romano os ensinou a viver lá em certa ordem e feliz estabilidade e contentamento, ou se trate de negros

recolhidos na palhota, como a natureza lhes suggeriu, brancos e negros ficaram e se multiplicaram aproximadamente na situação em que anteriormente estavam antes de lhes aparecer um bispo francês ou qualquer empreiteiro alemão. Sòmente aconteceu que passaram a trabalhar para os recém-vindos em vez de trabalharem para os antigos possuídores que os precederam, e sòmente a sua dependência, que não a índole, mudou de senhor. Mudaram-se nomes, ouviu-se nova linguagem de comando, porventura aqui e àlém surgiram rebanhos novos que não tardaram a identificar-se com os antigos; mas não mudaram as coisas em sua disposição, nem os homens em seu carácter, no seu ser, sobretudo no seu querer.

Em regra, a história tornou-se a narração laudatória ou indignada dos conflitos da partilha dos bens, canseiras e vidas de quatro quintas partes, pelo menos, dos povos hipnotizados pela sedução da energia dos poucos eleitos que os dominaram ou por essa energia reduzidos violentamente à servidão. E a história da nação portuguesa, quer nas origens, quer nos cataclismos que precederam a constituição do reino, quer nas façanhas que lhe ampliaram as fronteiras, quer nas glórias que coroaram essas façanhas, quer nas misérias que por vezes nos humilharam, será um drama animado e brilhante de fenómenos daquela natureza, dos quais se disse muito quanto aos actores que mais captaram aplausos das multidões atónitas da sua arte, e

muito pouco se considerou do labor obscuro do formigueiro infatigável no abastecimento do celeiro do qual os magnates se banquetearam com avantajados quinhões.

No meado do século xix, um homem de altos merecimentos e cativante generosidade de ânimo, êsse que Chateaubriand reputou o inspirador de todos os estudiosos do seu tempo, a quem, segundo cria, em justiça poderia aplicar-se o *Tu duca, tu signore, tu maestro* que Dante encontrou em Virgílio, publicou um livro que modestamente intitulou *Ensaio sobre a formação e progressos do terceiro estado*. Ali resumia todos os seus valiosos trabalhos relativos à história de França, e lançando os olhos para trás a uma distância de sete séculos e fixando-os depois em volta de si, achava uma seqüência regular dos progressos sociais e políticos e nos dois extremos do caminho percorrido uma mesma nação. Considerada dêste ponto, «a história de França parecia-lhe bela de unidade e simplicidade, e sentindo vivamente a grandeza de semelhante espectáculo, concebera o plano de reunir em o corpo de uma só narrativa os factos que através dos séculos marcaram o desenvolvimento gradual do terceiro estado, as suas origens obscuras, o seu papel de acção lenta mas sempre progressiva na vida do país». Procurando definir êsse terceiro estado, começa por nos precaver contra a tendência a imaginarmos que ele fôsse a burguesia, uma classe imediatamente abaixo da nobreza e do clero mas superior àquelas que não estavam incluídas nas duas primeiras

categorias. «Esta opinião, dizia, que além da falsidade, tem o vício de dar raízes na história a um antagonismo nascido ontem e destruidor de toda a segurança pública, está em contradição com os testemunhos antigos, as actas autênticas da monarquia e o espírito do grande movimento de reforma de 1789.» No século xvi, embaixadores estrangeiros descrevendo a constituição política da França, diziam: — «o que se chama os três estados do reino consiste em três ordens de pessoas, as quais são primeiro o clero, depois a nobreza, depois todo o resto da população. Ao terceiro estado que não tem nome particular, pode dar-se o nome geral de estado do povo.» O regulamento de Luís XVI para a convocação dos últimos estados gerais designava como tendo direito a assistir às assembleias eleitorais do terceiro estado «todos os habitantes das cidades, burgos e campos, nascidos franceses ou naturalizados, tendo feito vinte e cinco anos, domiciliados e compreendidos no rol dos impostos.» «As palavras *gente do terceiro e estado comum* acham-se em muitas actas do século xv. Dizia-se indiferentemente o *terceiro estado*, o *estado comum* e o *comum*» ⁽¹⁾.

Não pode, porém, o historiador prosseguir sem muito cedo reconhecer que nêsse *comum* se

⁽¹⁾ A. Thierry. *Essai sur l'histoire de la formation et progrès du tiers état*. Págs. 2, 46 e 161. (Furne, Jouvet & C.^{as}. Paris, 1868.)

continha toda a história das nossas sociedades. Ainda em meio do seu estudo, já incidentalmente verifica que «a elevação contínua do terceiro estado é o facto dominante e como a lei da nossa história», e hoje após as convulsões sociais que o desenvolvimento económico das sociedades modernas tem suscitado, a conclusão de Thierry parecer-nos há mais que nunca fundada, definitiva. Se pelo presente temos de compreender o passado, é certo que toda a história política da Europa se reduz invariavelmente a agitações do terceiro estado, a crises mais ou menos violentas do advento do comum ou de parte do comum reclamando ingresso nas aristocracias e oligarquias dominantes. Sòmente acontecerá, e isso não raro nos transvia e fabrica a ilusão de poderes estranhos, que uma vez a disputa é entre agrupamentos de uma mesma comunidade e outras será entre os governantes de comunidades diversas, sem que em hipótese alguma o motivo inicial da perturbação deixe de ser a pressão de *comuns* aspirando a passar a *não-comuns*. Se bem distinguirmos as causas das guerras que constituem a parte mais volumosa senão da história pelo menos das bibliotecas, veremos que elas subentendem levas de *comuns* procurando admissão entre os *não-comuns*. Haverá sempre um terceiro estado, ou melhor, um estado originário, reproduzindo-se infinitamente e surgindo em demanda das riquezas e do poder e do governo. Algum dia êsse terceiro estado seria o povo de bandos rurais armados em guerreiros;

seria depois a burguesia correndo a desapossar dos seus privilégios as aristocracias de mitra e as da espada; mais tarde e em nosso tempo será a multidão dos trabalhadores exigindo do capitalista melhor quinhão. Mas sempre o terceiro estado constitui a medula da história em sua acção como sua natureza, sempre é o propulsor invariável de todos os seus feitos substanciais. Sob a armadura do Mestre de Avis e Nun'Álvares, no campo de Aljubarrota, é o sangue dos *comuns* de Lisboa que palpita e vence. São *comuns* aqueles que para se fortalecer e fortalecer o rei, Pombal lisonjeia, afaga e serve, como teria sido para comuns e por seu respeito a *justiça* de Pedro I.

«Como lista de excepções», diz um ilustre contemporâneo nosso, «a história pode ter certo interesse romântico, igual ao que se liga aos factos de um jornal; é claríssimo que a história dos factos e datas é uma espécie de jornalismo. Ora a particularidade de um jornal é que, enquanto a sua profissão consiste em nos dar o resumo dos acontecimentos correntes, limita a nossa atenção ao que é excepcional. Os assassinatos, os divórcios e a política dos partidos são discutidos minuciosamente, mas todos sabemos que a vida humana não consiste, de ordinário, em semelhantes factos. Se consistisse, não teriam elles interesse algum. Quanto mais comum, menos interessante é um acontecimento; de fôrma que não poderemos queixar-nos se os jornais deixam de notar que o sol nasce, ou que a grande maioria

vive feliz e não comete assassinios e está singularmente isenta de se inquietar com as coisas políticas. E todavia é destes lugares comuns que o progresso depende, e é por estas generalidades sem interêsse que nós podemos explicar a nossa situação presente. . . Não quero entretanto negar que os acontecimentos excepcionais influem muito nos homens. . . mas é excessiva a proeminência que na história de factos e datas se attribui ao excepcional.

«Pôsto que menos óbvia, é muito maior nos homens a influência dos lugares comuns do seu tempo, pois que a maior parte dos acontecimentos de hoje são o que são por causa da maior parte dos acontecimentos de ontem. . . Provavelmente seria impossível uma história de lugares comuns; mas a história real do passado, se tem de ter explicação do modo por que o presente veio a ser o que é, há-de conter muito mais da atmosfera geral das épocas mortas do que dos acontecimentos excepcionais dêsses tempos» ⁽¹⁾.

Essa «história do lugar comum» como substância e essência de toda a história das nações e dos povos, constituirá a granda reforma moderna dos estudos de semelhantes problemas. O povo, a matéria amorfa e comum, em cujo nome os nossos pressentimentos do seu superior valor orgânico

⁽¹⁾ C. Delisle Burns. *Political Ideals*. Pgs. 13 a 15. (Humphrey Milford, Oxford University Press, 1915).

e a nossa ignorância da sua real acção se associavam em nebuloso tumulto, é, como fundamento último das sociedades, um conhecimento que verdadeiramente data do século XIX. Amado e glorificado pelas paixões românticas e místicamente divinizado pelos seus arrebatamentos, temido e respeitado pelas revoluções políticas que as suas ambições inflamaram, o povo, o terceiro estado e gérmen obscuro de todos os estados só modernamente, mercê da atenção dos estudiosos que o amaram e perscrutaram, viu definida e legitimada a sua qualidade de criador das nações, ao mesmo tempo que por efeito de uma vitalidade una na energia e na índole lhes determinou carácter psicológico, economia, intuições, todo o seu íntimo e toda a forma prática e concreta, direitos, obrigações e aspirações. É singular que o folclore e as suas investigações sejam uma sciência nascida e baptizada no século XIX — eloquente signal do tempo, demonstrando que só então houvéssemos tido consciência de que qualquer coisa espontânea, subtil, sobreleva na constituição da mentalidade dos povos ao poder do governo político e às intenções e propósitos das individualidades, heróicas ou vulgares, que o acaso ou o génio destinou a mandar. Até esse tempo, o conceito não só do vulgo mas da quási totalidade dos homens cultos imaginava que unicamente a acção militar e jurídica fabricava a história; difficilmente admitiríamos na base, quando não a ignorávamos totalmente, certa vitalidade contínua, silenciosa, lógica, a si mesma idéntica em

toda a conjuntura, para a qual a vontade e a pressão das individualidades por qualquer modo poderosas não passavam de simples acidente, incapaz de perturbar a essência-mãe, porventura mais freqüentemente nocivo à beleza e virtude da harmonia e ordem que dela derivasse do que favorecendo-lhes a expressão.

E' singular que o folclore seja uma sciência do século XIX, como não menos singular será para nós que modernamente passássemos a usar a palavra «grei» onde anteriormente nos serviríamos da palavra «povo». O uso de uma ou outra destas expressões importa um movimento profundo da consciência histórica: por uma corrupção alimentada em divisões aristocráticas de diversa origem, «povo» significava para o vulgo uma classe, a aglomeração das plebes, opondo-se, em regra, ao poder das individualidades e das oligarquias, e esta errada concepção da substância humana das nações corrigimos nós pelo uso da palavra «grei», não significando esta uma classe ou indicio da condição social de agrupamentos, mas muito pelo contrario exprimindo a encorporação de todas as classes em uma unidade homogênea, da qual o nascimento e a vida das nações é apenas reflexo e palpitação. Onde uma palavra só por si dividia e fragmentava, outra, e também só por si, identifica em agregado indissolúvel.

As nações modernas, seguindo o exemplo da França e da Inglaterra, glorificam o heroísmo da guerra de 1914 erguendo monumentos e prestando honras supremas a um soldado desconhe-

cido, apartado sem distinção entre milhões de mortos no campo da batalha.

Algun tempo, os monumentos e as honras eram para os generais e para as grandes individualidades que haviam conduzido ao martírio a grei. Hoje os monumentos e as honras são consagrados à grei simbolizada em um corpo sem nome. E esta mudança representa o sinal formidável da nova concepção da história, transmutada do externo e clamoroso para o íntimo e mudo, da acção para os motivos, e dos feitos singulares geniais para os impulsos ingénitos comuns. A comunidade, o influxo das gerações e não a individualidade que o acidente distinguia, por maior que esta haja sido, essa alma que confunde em uma só energia muitos corpos no pensamento de um só homem, essa faz e desfaz as nações e as caracteriza; e essa se propaga e cresce sob o império de suas recônditas leis, misteriosas em longa extensão, de todo escapando à vontade daqueles que o acaso chamou a governar os povos e habitualmente mais lhes oprimem e desnaturam a expansão do que lhes favorecem a sinceridade. A ponto que passando a reputar injustiça e agravo a glorificação de qualquer homem em sua imagem e por lembrança das suas acções, eis que entramos a louvar as multidões em um fragmento simbólico do seu heroísmo.

bibRIA



II

QUE caracteres morais, que representação e expressão prática da vida, distinguem, porém, a célula germinativa da nação portuguesa e o génio íntimo que lhe criou a história?

Oliveira Martins confrontando o português e o espanhol, disse que há no génio português o quer que é de vago e fugitivo que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da cultura espanhola, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Fúnebre e trágica sempre, a história espanhola di-

fere da portuguesa, mais pròpriamente épica; e as diferenças da história traduzem as dissemelhanças de carácter» ⁽¹⁾.

Perante especificação de qualidades nossas tão eloquente como esta, logo a lembrança, senão o orgulho, nos advertirá da proveniência de uma tal riqueza. O «vago» scepticismo, a «nobreza», a «ironia e a meiguice», a «caridade», a constante «humanidade», a magnanimidade e o alento «épico», todo êsse rol das fidalguias que nos honram ; que mais é afinal que o inventário de uma parte valiosa do legado romano? ; Em que difere da reserva mental que analisa e duvida, e da ironia ponderada, e do zêlo da dignidade, e da simpatia humana e ternura elegíaca vergiliana e da elevação heróica e tudo o mais que entretece a coroa da grandeza romana? Se o espanhol não possui igualmente essas qualidades, se umas vezes lhe faltam e outras foram minguidas ou preteridas por qualidades diferentes, é que ali a romanização da península foi de intensidade inferior àquela que se óperou no retalho da terra que um dia seria o núcleo do condado portugalense, para o qual significaria a razão da sua vida e da sua história. Porventura bafejada insistentemente por alentos africanos e orientais ou pela fortaleza das qualidades nativas, menos dócil à insinuação de influências estranhas, a Espanha teria abrandado os efeitos da romanização, en-

(1) Oliveira Martins. *H. de P.*, 2.^a ed., 1.^o vol., págs. 5 e 6.

quanto nós a recebíamos na transfusão, talvez a mais completa, do seu sangue que se operou fora de terras do Lácio. De nós, mais do que de qualquer outro povo romanizado, poderá dizer-se com verdade, o que a filosofia moderna mais instruída e meditada, inspirando-se em Benedetto Croce, atribui em geral às nações contemporâneas que formam a vanguarda da civilização: — «Não somos meramente os herdeiros mas o resultado dos tempos. Assim como o nosso corpo é apenas a forma presente sôbre a qual as fôrças seculares da terra continuam a exercer as suas actividades sem data, assim o nosso ânimo, o nosso espírito, a nossa própria personalidade é a forma na qual outros espíritos agora esquecidos ou obscuramente lembrados, vivem ainda e se movem e têm o seu ser, perfazendo a obra que iniciaram ou adiantaram, enquanto os seus nomes eram ainda invocados.» O mundo antigo, o mundo da antiguidade clássica «não é um mundo morto; os seus feitos e pensamentos não passaram, mas vivem ainda, respiram e ardem ainda em nós. São em larga escala a matéria prima de que é feita a nossa actual personalidade e o mundo presente. Não meramente no sentido de que estão aí as fundações nossas e do nosso mundo, não meramente no sentido de que nós somos herdeiros dos trabalhos dos nossos antepassados. Somos os gregos e os romanos, feitos o que agora somos pelos seus actos, pensamento e experiências; o nosso mundo é o seu, no estado posterior de uma evolução nunca interrompida mas sempre una e única. Os

nossos nascimentos e mortes são apenas um sono e um lapso na biografia ininterrompida de um espírito não acima de nós mas em todos nós, que é o herói da história da civilização da Europa, e ele mesmo uma parte da história da humanidade» (1). Imaginávamos que devíamos muito ao mundo clássico; hoje verificamos que o vivemos plenamente. Toda a história é toda a vida da Europa se renova nesta nova concepção dos seus princípios vitais, e ainda mesmo as nações antigamente menos inclinadas a reconhecer-lhes a filiação, como as do mundo anglò-saxónico, emendam as suas propensões e conclusões. A própria Inglaterra, até há pouco tão confiada nos pergaminhos nórdicos, não se furta já pela pena de G. K. Chesterton, entre outras não menos autorizadas, a pedir vénia a Roma na constituição da sua grandeza. E dirá: «De tempos a tempos, na Inglaterra moderna, descobre-se qualquer fragmento como um pavimento romano. Semelhantes antiguidades romanas mais minguem que acrescentam a realidade romana. Fazem que pareça distante o que está ainda muito perto e que pareça morto o que ainda vive. Será como escrever o epitáfio de um homem sôbre a porta principal da sua casa. O epitáfio poderia signi-

(1) J. A. Smith, professor de filosofia mental e moral na Universidade de Oxford, *The Unity of Western Civilisation* — ensaios coligidos por F. S. Marvin. Pág. 72. (Humphrey Milford, Oxford University Press, 1915).

ficar um cumprimento mas a custo representará uma apresentação. O que é importante na França e na Inglaterra não é que tenham restos romanos. Na verdade, mais são relíquias que restos; porque continuam a operar milagres. Uma linha de choupos é uma relíquia romana, mais que uma linha de colunas. Quási tudo o que nós chamamos obras da natureza cresceu como fungos sobre esta obra originária de homem; e as nossas florestas são musgos sobre os ossos de um gigante. Sob a semente das nossas searas e sob as raízes das nossas árvores, ha uma fundação da qual os fragmentos de telha e tejolo são apenas emblémas, e sob as côres das mais bravias das nossas flores há as côres de um pavimento romano» (1).

Para nós, porém, embora a linha de choupos perpetue nas veigas, tal qual na Inglaterra, o alento romano e valha mais que as colunas mutiladas dos templos para o traduzir, coisa alguma romana que em terra pátria cresça e a adorne de frondes, dirá talvez mais alto o génio que nos anima e de contínuo reverdece, do que a grinalda de pâmpanos que em volta do prado se alonga de ramo a ramo das árvores nodosas. Aí vivemos na plenitude a economia latina, na sua robustez como nas suas enfermidades. Não houve, por certo, influência económica que mais pudesse nos destinos de Roma que a cultura da

(1) G. K. Chesterton. *A short History of England*. Pág. 9. (Chatto & Windus, Londres, 1917).

vinha e, quando o romano a transportou para terras da Lusitânia, nêsse dia nos cravou no chão grande sôma dos problemas sociais e políticos que ainda agora nos atormentam.

Ferrero, o historiador, julga ⁽¹⁾ — e o que presenciemos não o desmente — que «a forma política que com Augusto foi chamada o principado, e da qual derivou a monarquia, nunca se teria fundado se no último século da República toda a Itália não estivesse coberta de vinhas e olivais.» A autoridade imperial consolidou-se porque a Itália queria a paz a todo o custo. Assim lho exigiam as transformações económicas que a vinha impunha. «No tempo de Aníbal, a Itália cultivava principalmente cereais e apascentava rebanhos, enquanto no tempo de Espártaco uma parte considerável da sua fortuna estava em vinhas e olivais. Nas regiões pastoris e cerealíferas a invasão de um exército faz estragos relativamente pequenos; os gados caminham e podem furtar-se à apreensão dos invasores, e se os trigais forem queimados, perdeu-se a colheita de um ano, mas não se destruiu o capital. Se um exército corta e queima vinhas e olivais, que levam muitos anos a criar, destrói imenso capital acumulado.» Por isso o imperador e as suas legiões, prontas e atentas a sufocar revoltas

(1) *Characters and Events of Roman History from Cæsar to Nero. The Lowell Lectures of 1908.* (G. P. Putman's Sons; New-York e Londres, 1909.)

internas e assaltos de estranhos, e a manter os caminhos desimpedidos de salteadores que atrasassem o comércio, eram o que convinha aos senhores das vinhas e olivais que logo se apressavam ansiosamente a sacrificar-lhes as grandes tradições republicanas.

Dêste modo se criaram os problemas complexos e angustiosos que nós continuamos a viver, sem remédio eficaz que os modere, repetindo mesmo a experiência de Domiciano que proibiu a plantação da vinha sem lograr pôr em prática o decreto. E à romana, continuamos no jornalismo e na política tutelados pelas exigências da cultura da vinha. Não há programa de governo que se atreva a excluir da sua consideração as adegas — como é natural. A constituição económica invariavelmente funda uma constituição política a seu gosto; a uma ordem de proveitos económicos corresponde sempre uma ordem de subordinação política. Uma não se separa da outra: mutuamente reagem e se equilibram e se afeiçoam ou se combatem, de ordinário uma em busca de maior quinhão nos réditos económicos para melhor assegurar o domínio político, e a outra em demanda de maior quinhão no domínio político para mais seguramente acrescentar os réditos económicos.

Por estes trâmites e outros de conseqüências psicológicas consoantes se formou o temperamento político nacional, manifestamente cesarista, ou melhor principalatino, tal qual o fundou a conclusão política mais consistente do ro-

manismo, onde eternamente mais se alternam do que conciliam os dois princípios que o movem — isto é, republicano um na soberania que estará na vontade e affectos da grei, e monárquico o outro no govêrno, majestático por intermédio do príncipe, instrumento, intérprete e mandatário da soberania republicana. Desta dualidade nos resta no papado o espelho mais claro do romanismo, casando a eleição e o principado como em memória das duas grandes tradições de Roma, a magistratura electiva, originária e orgânica que o génio latino no seu chão concebeu, e o príncipe, sobreposição que do Oriente, monárquico de nascença, lhe veio e o romano aceitou estrangido, por salvação do povo, quando as convulsões e ameaças de dissolução o aterraram.

A mitologia liberal pretende que o rei reine e não governe. Será, porém, mais conforme com a realidade ter como regra que o rei governa mas não reina. Isto é que estreitamente se cinge aos preceitos romanos que nos andam no sangue. Quem reina são as inclinações e as tendências da grei, essas verdadeiramente regem os destinos da comunidade; mas quem governa é o rei ou o príncipe que a grei escolheu, autorizou e investiu na responsabilidade de instrumento efectivo, senão dos mandados da grei declaradamente expressos, em todo o caso das suas aspirações mais ou menos tumultuosamente confessadas.

Este modo de ser cesarista nos repassa toda a espécie de vida agremiativa em que haja de se exercer govêrno. Desde os parlamentos até ao sin-

dicato agrícola ou à sociedade bancária, o governo é quasi invariavelmente apanágio de um homem e acólitos da sua escolha, ditador consagrado de facto ou de direito, sem que entretanto o republicanismo dos associados abdicasse de uma soberania latente, pronta a mostrar-se e bastas vezes a revoltar-se, revocando o mandato se o sentiu violado em seus termos ou mal aplicado, de boa ou má fé agravado por qualquer modo.

Superstições, vícios, cidades, aldeias, lavoiras; indústrias, trajos, festas, regime doméstico, religião, linguagem; a arquitectura solene e ostentosa; o luxo das classes governantes e a sobriedade austera do comum; a arte, a paixão da retórica e da eloquência, o poder de convencer, o império espiritual como culminância da dignidade humana; o empirismo e o eclectismo, a tendência a só ter por verdade a experiência e a admissão prática de princípios opostos; a igualdade estatuida em dogma, como Sêneca a concebeu: — ¿que temos nós que nos anime e mova que não seja fabricado da vitalidade inexaurível que o romano nos destilou no corpo e na alma e por ela foi caracterizado?

O que nós possuímos do romano não serão apenas as ideias, o seu conhecimento da natureza das coisas e das relações dos homens, embora muitas, precisas e indestrutíveis ideias o romano nos houvesse legado em grande abundância e nós as tivéssemos até hoje cultivado e acrescentado em seu desenvolvimento lógico. Por essência mudáveis, transmissíveis e modificáveis, as ideias fa-

cilmente se misturam, adaptam e conseguem renovar-se e viver em todos os tempos, em todas as latitudes e em todas as civilizações, quando não preferem reproduzir-se e subsistir na identidade fundamental, deixando entretanto que a sua existência mental coïncida com a ausência absoluta de efeitos práticos correlativos. As ideias facilmente se tornam um *bricabraque* da intelligência, inofensivo, mero adôrno ou objecto de curiosidade ou capricho de erudição. O carácter, êsse é que as apropria e usa a seu modo.

E o que nós temos do romano não são sòmente as suas ideias, capital de conhecimentos relativamente moderado em volume, se o comparamos com o muito que os tempos modernos acumularam. O que nós temos do romano e nos torna seus legítimos filhos e herdeiros, são as suas paixões e o seu temperamento, as suas aspirações morais e as suas tendências, o seu modo de appetecer e considerar a vida, quanto constitui o carácter. Para todo o mundo que circunda o Mediterrâneo, sobretudo para nós, em uma genuinidade absoluta que nos honra e fortalece, «o império romano tornou-se um modo de ser da humanidade» ⁽¹⁾.

E foi essa faculdade singular de insinuar o próprio carácter nas raças estranhas, convertendo-as submissamente às suas inclinações, foi essa

(1) E. Lavisse. Prefácio da tr. franceza do *Santo Império romano-germânico* de J. Bryce. Pág. v. A. Colin. Paris, 1890.

faculdade de operar uma refundição psicológica completa de elementos alheios ao seu sangue, que outorgou ao romano uma fôrça de atracção sem precedentes, e deu significação concreta duradoura e activa ao fenómeno de unificação prodigioso que na história tem o nome de romanização e é pergaminho e brasão de quem no seu âmbito se acha compreendido.

Quando abrimos os livros de Virgílio ou Horácio e logo por impulsos de identidade congénita nos confundimos no palpar do coração romano, sentimo-los mais próximos de nós que toda a Idade-Média e quantos séculos se lhe seguiram. O que foi passado depois do período do baptismo romano, percebe-se, verifica-se e distingue-se por exame, conscientemente, e acha-se surdindo e vivendo em nossos dias por fragmentos inumeráveis; mas quanto o precedeu e foi objecto da iniciação originária, isso fundiu-se em pura intuição, permanece como substância do nosso corpo e da nossa alma, perante a qual o que se seguiu será como acidente, sobreposição ou derivação.

Dos modos infinitos por que em nosso peito vive a alma romana, nenhum talvez se avanteja à fascinação da eloquência. Aí, a demonstração da identidade é perfeita. Desde o crente que corre à igreja para se extasiar nos arrebatamentos do prègador até ao plebeu analfabeto que frequenta os tribunais e o parlamento, o português mais culto como o mais rude, insistentemente nos repetirá, pela sêde com que a procura e escuta, que «a primeira de todas as artes é a que mais dá

ao espírito o sentimento da sua superioridade—a eloquência. Cícero, Quintiliano, Tácito mostraram-no bem nos quadros admiráveis que traçaram das assembleias populares. Imagine-se na praça pública de Atenas ou de Roma um povo inteiro reunido, quer dizer, gente calejada nas fadigas, artífices vigorosos, lavradores robustos. Sabem que são a força e o número; agitam-se, ameaçam, rompem em gritos de fúria. De repente, levanta-se um homem empalidecido no estudo e na reflexão, às vezes fatigado dos anos, o mais fraco, o mais definhado de todos. Fala, e pouco a pouco a cólera esmorece, os dissentimentos acalmam; em breve, a multidão dividida parece ter uma só alma, a própria alma do orador que se comunicou a todos os que o escutavam. Não é isso o triunfo mais brilhante do espírito sobre a força material, da alma sobre o corpo? (1).

E não é este também aquele triunfo que mais cobiçamos e admiramos, e a arte que mais comumente nos cativa? Também nós como César, e em consciência, diríamos a Cícero: — «Descobristes todas as riquezas da eloquência e delas fostes o primeiro a servir-vos. Por tal causa bem merecestes do nome romano e honrastes a pátria. Alcançastes a mais bela de todas as glórias e um triunfo preferível aos dos maiores generais, pois

(1) G. Boissier, *La Fin du Paganisme*, 1 vol., pág. 183. 3.^a edição. Hachette, Paris, 1898.

vale mais alargar os domínios do espírito que dilatar as fronteiras do império.»

Vem de Roma a veneração e ambição daquela espécie de autoridade entre os homens que os domina e dispensando a pressão meramente física, prescindindo de todas as forças militares, sòmente quer prevalecer-se do poder da razão e do talento de o exprimir na linguagem. Em Roma floresceu com desusada latitude e de lá em igual abundância nos impregnou êste género de influência social do espírito estreme que em tempos não remotos havia de renascer com extrema vitalidade nos *salons* do século XVIII e do século XIX e, mais recentemente, viria renovar-se sob nova forma, brilhantemente, nas tribunas do jornalismo. Vem de Roma não só o poder, mas também e sobretudo a glória de vencer por simples influência moral e arte de dizer, sobrepujando toda a coacção pelas armas.

Para nós, a Renascença teria sido como para nenhuma outra nação, excepto a Itália, um facto natural. Revivescências de seivas orgânicas que anteriormente haviam produzido uma vegetação copiosa, muitas vezes calcada, quebrada, vergada e até submersa por torrentes contrárias, mas já-mais aniquilada ou morta, mantendo sempre uma energia latente poderosa que só esperava momento próprio para crescer e se exprimir em suas formas legais e assim renovar as criações de outras eras, a Renascença foi para nós, em larga escala, uma restauração, o restabelecimento da tradição e a confiança no seu pensamento, muito

diferentemente daquilo que esse mesmo movimento importaria para a maioria dos países do norte da Europa, onde triunfaria por impulsos meramente intelectuais, acto de razão e vontade, doutamente opressiva, aplicação erudita de índoles heterogêneas, em grande extensão totalmente alheias aos instintos e energias orgânicas das sociedades que se pretendem sujeitar-lhes. A Renascença, sem deixar de importar também para nós como para outros, estranhos, o desrespeito da ingenuidade, preterindo pela doutrina violentamente dogmática a intuição suavemente vivificante, seria todavia até certo ponto uma libertação de tendências naturais ou naturalizadas, até então perdidas ou constrangidas pelo peso das vicissitudes históricas que lhes perturbavam a expansão. Realmente despótica onde a romanização se operara imperfeitamente, havendo tropeçado em elementos nativos robustos, dissemelhantes ou opostos, que em amidiadas circunstâncias resistiram ao romano e conseguiram predominar sobre ele, a Renascença encontrava latente em terras lusitanas uma cidade romana sobre cujas ruínas podia edificar, sem medo de lhes atraíçoar a harmonia das linhas estruturais. Aquilo que a uns fortalecia o nexa da vida, a outros o quebraria; e como estôrvo teria de ser um dia eliminado. O gótico, por exemplo, em terras do norte, definição essencial do carácter estético da sua gente, entre nós tornou-se accidental, tal qual para aqueloutros seria a Renascença. Se considerarmos a frequência e espontaneidade do românico em Portu-

gal e a mÍngua do gótico, poderemos talvez supor sem maior êrro que no espírito comum o românico liga imediatamente com a Renascença, e de facto nunca nos teríamos apartado da continuidade romana em cuja vitalidade ininterrompidamente nos fortificámos.

A Grécia que nós compreendemos, será realmente, para os estudiosos mais bem providos de conhecimentos e mais sensíveis, a Grécia intacta, a que viveu as suas glórias próprias nos dias de Platão e de Péricles. Porém, a Grécia que nós sentimos, a que em nós remanesce nas aspirações do espírito comum, é apenas aquela Grécia mutilada e disciplinada sob uma vontade estranha irreductível que o romano concebeu, adoptou e nos transmitiu, depois de amoldada ao seu espírito. Exaltou-se o grego na alegria de sentir as almas, enquanto o romano se absorvia na paixão de possuir as coisas. Amou o romano a identidade dos homens e para a fundar inventou o mais completo sistema de equilíbrio de que há memória; pressentiu o grego a identidade dos mundos. De forma que onde um topava na simpatia humana, era o outro arrebatado em transportes divinos; onde o humanismo determinava sistemas de serviço mútuo entre os homens e razões de consubstanciação piedosa, um amor que desce à terra, o outro desprendia-se do chão por virtude de um amor que subia aos céus. Daqui viria que o romano, olhos nos homens e porque os amava, todo se afervorou na arte de dominar e poder, e por diversos modos a experimentou, fortaleceu e a

levou a um grau de eficácia sem precedentes; e, diferente, o grego contemplativo, entretanto preteria a aspiração de governar pelo anseio da liberdade que desprendendo-o de laços terrenos lhe soltasse as asas para as erguer aos astros.

Não somos nós diferentes do romano neste divórcio, no seu legado o encontrámos e recebemos, e se pensamos em liberdade e a queremos será muito mais para uso político e arte de governo do que por ambição das alegrias espirituais que dela dependem. Helenismos só nos serão acessíveis coados pela rêde apertada do romanismo.

Helenismo e cristianismo, como tudo quanto do Oriente nos vem, sempre está sujeito à sanção, selecção e eclectismo romanos.

O respeito da santidade, desprendimento do mundo pela absorpção na divindade e no eterno, com o ascetismo que lhe é próprio e o traduz na apreciação das realidades sensíveis, filho do génio oriental, foi habitualmente ignorado e não raro e por diversos modos combatido, na história e na vida das comunidades do Ocidente latinizado; mais que desamado, freqüentemente aqui o acharemos vilipendiado e odiado por efeito da demência e fraqueza que se lhe atribui. Como princípio religioso, é então substituído pela ambição de dignidade, o zêlo da elevação do homem entre os homens, com todos os diversos extremos de isenção e nobreza que a consagraram na actividade e no succeder das gerações.

Essa religião, e não o amor cristão, é que se mantém constante, e jámais afrouxa ou decai ou é

tida em menosprêzo; hoje como ontem, venera-a o mesmo culto, e pondo o preceito meramente moral onde o santo guardava o princípio divino, é essa religião a única a que o comum ascende, quer ela se acoite sob a toga dum magistrado curul, quer resplandeça nas armas do cavaleiro, quer seja honrada por abnegações heróicas, quer modestamente lateje no civismo das burguesias ou inflame os modernos colégios plebeus onde se juntam os apóstolos e os mártires da justiça proletária. A fascinação da dignidade não cessa; através de todas as vicissitudes prevalece, é condição de glória na prosperidade como de salvação na ruína, sempre dura e domina com a vitalidade infinda, característica da fundação romana. Põe-se em dúvida a legitimidade do martírio por amor divino; o que, porém, jamais sofre quebra no ardor da admiração e da ambição comum, é o sacrifício por amor dos homens. A razão mística e o seu quietismo ou os seus incêndios facilmente serão desconhecidos e até aborrecidos; mas a razão meramente humana e a sua acção, utilidade e disciplina, essas tão profundamente as enraizou a tradição romana, de tal modo e há tanto tempo se consubstanciaram com as criações latinas que se tornaram específicas, elemento psicológico essencial, um sinal imprescindível de identidade e simultaneamente uma medida, senão a medida suprema do valor dos homens e das nações.

Verdadeiramente, o romano amoldou o cristianismo ao humanismo; viveu e vive o cristianismo somente enquanto ele cabe nos limites

concretos do humanismo. Contentou-se com uma estratificação mais apertada das virtudes humanitárias referidas quanto possível a princípios de unidade cristã, mas não foi além disso. Teria pôsto em pirâmide elementos que anteriormente jaziam, contíguos, em plano. Daí viria que segundo a altura a que o nosso espírito sobe na pirâmide, a virtude pode facilmente coincidir com a obtusidade religiosa. — Nem todos atingem o vértice e os que ficam a meio, de todo ignoram a elevação — o que não contraria o romanismo tolerante, facilmente tomando em conta as virtudes fragmentárias, delas fazendo bom cabedal de ordem social e afagando-as com muita simpatia. Assim usava e assim usamos.

Bismark ainda teve como proeza a coragem de não ir a Canossa, sem se lembrar que de lá vínhamos todos, das Canossas papais como das cesaristas e das republicanas. Contemplar a alma romana é em tudo e por tudo rever a nossa própria alma.

A paixão política, a arte e a glória de dirigir os homens, tão diferente da arte e da graça de os encantar que floriu na Grécia; sempre a tendência para o culto de uma eficácia tangível, preferida ao etéreo domínio espiritual, a disciplina sobrelevando ao enlêvo;

a consciência da responsabilidade civil, o respeito primacial do homem — *homo homini res sacra* — o pressentimento do que se deve à sua dignidade que impediu Roma de reconhecer a legitimidade do despotismo mesmo quando de facto o

sofria, querendo pela impostura jurídica negar que fôsse uma monarquia militar servil, à imagem das monarquias orientais, e fazendo que, quando o império octaviano fundava o absolutismo, nem então proclamava o absolutismo e antes por astuciosas ficções o império pretendia ser defensor fiel de liberdades;

o descontentamento crónico maldizente;

a aristocracia fundada na terra e a desqualificação do mercantilismo;

o amor do campanário. « Eis aqui a minha verdadeira pátria e a do meu irmão, dizia Cícero em Arpínio. Aqui nascemos de uma família antiga; aqui estão os nossos deuses domésticos e as lembranças dos nossos antepassados. Vê esta casa: foi meu pai que a edificou e aqui viveu no estudo das letras. Neste mesmo lugar, havia outrora outra casa, mais pequena, mais simples, como a de Cúrio nos Sabinos. Morava lá meu avô quando eu ali nasci. Assim, todas as vezes que volto a visitar estas terras, acordam-me no fundo da alma não sei que sentimentos secretos que mas tornam mais caras que todas as outras »;

o municipalismo republicano, opondo-se à estrutura oriental das castas fechadas e da hereditariedade ⁽¹⁾, a concepção, a que nos afeiçoá-

(1) « A hereditariedade era odiosa a todos aqueles que em Roma se lembravam da república e dela em seu coração tinham ainda alguma pena. Mesmo quando se resignavam a suportar um senhor, não queriam que o príncipe fôsse substituído direc-

mos, de uma cidade na qual todo o cidadão participa do governo da comunidade, tem livre acesso a toda a magistratura, quinhão na terra, e exige remuneração equitativa do trabalho ⁽¹⁾;

o fetichismo do direito, a fé na mecânica jurídica para salvar as sociedades;

a ideia da fundação da catolicidade, de que a Igreja Romana foi o herdeiro genial e de que o internacionalismo moderno é a sombra indelével; este pressentimento de que o mundo político tem uma capital e nem Carlos Magno nem Napoleão se isentaram de certa missão pro-consular que careceu da confirmação da cúria;

o intelectualismo reflectido, a confiança na razão e o desengano austero, por vezes sarcástico, da inspiração. O temperamento romano só pela razão concebe ordem, e porventura felicida-

tamente pelo filho; preferiam que escolhesse sucessor fora da família. Nascer de sangue real, dizia Tácito, é puro efeito do acaso. — Pelo contrário, aquele que adopta outro, escolhe-o livremente, e se quer escolher bem não tem mais do que seguir a opinião.» (G. BOISSIER, *La Fin du Paganisme*, pág. 9).

(1) Esta acessibilidade social e política, substancial no romanismo, muito bem a definiu G. K. Chersterton onde escreveu: «O senhor de escravos foi como um homem que pusesse uma linha de esteios para fazer uma sebe, e depois achasse que elles tinham lançado raízes e rebentaram em pequenas árvores. Imediatamente se tornariam de mais valor e mais dóceis, especialmente menos portáteis; e esta diferença entre um esteio e uma árvore foi precisamente a diferença entre um escravo e um servo — ou mesmo entre o escravo e o aldeão livre em que o servo tende rapidamente a transformar-se.» (*S. H. of E.*, pág. 123).

de entre os homens. A graça que deu asas ao génio grego parecer-lhe-há por demais instável, etérea, para que lhe entregue a fortuna das sociedades quem sempre foi ávido de solidez. Mas, simultâneamente, corrigindo pela experiência a lógica,

o acantelado conservantismo anti-revolucionário, aferradamente empirista, que se cinge ao facto e não troca fàcilmente o sofrível pelo melhor, ainda que a razão lho prometa com bons argumentos;

certo scepticismo salutar rematando em ponderação generosa que compõe todas as desavenças, antepondo a selecção de verdades ao absolutismo da Verdade, indulgente para os erros, acolhendo no seu seio todas as divindades e com elas e com gente que as criou se identificando, a ponto que por tal arte e complacência o cristianismo e o paganismo souberam ajustar-se em termos de conciliação perdurável;

os vícios, a fôrça rudemente combativa que se afogueia em crueldades, a índole apopléticamente sensual que se precipita em corrupção, e o luxo e a gula, banquetes e bacanaís, e o beatério sordidamente materialista, feiticeiros, astrólogos e deuses milagreiros;

a invocação e reconhecimento de poderes mais altos presidindo ao tumulto do mundo, aquele *genius loci*, baptizado e convertido pelo cristianismo em santo padroeiro;

sobretudo, vigilante e suprema, a persistência do senso moral, o sentimento indefectível de

vínculos de comunhão e cooperação constituindo e fortalecendo a família e a sociedade, a crença de que o homem é o coração do mundo, nossa razão de ser e de viver, e importa estabelecer e respeitar os princípios e regras de existência concreta que daí derivam; e conseqüentemente, tirando daí

uma política e uma economia, uma política que partindo da igualdade congénita da capacidade de todos os homens, conclui pela sua liberdade, e uma economia paralela que impõe obrigações de fraternidade à riqueza e praticamente propagou a instituição miraculosa da pequena propriedade onde quer que o romano surgiu e habitou menos passageiramente;

uma literatura enternecida e bucólica, virgiliana, dominada pela força íntima daquela «floração exaltada do subjectivismo lírico e simplicidade emocionante e verdadeira da prosa», que o Sr. Marques Braga ⁽¹⁾ em uma cerrada análise psicológica nacional quer, e com justiça, que prepondera na literatura portuguesa;

uma arte intensamente repassada da preocupação humanista, constantemente afeita a lembrar a face humana e o seu ânimo, em bustos, estátuas, medalhões e baixos-relevos, arte que nunca mais, desde que se criou, deixou de ser

(1) No magistral estudo de *A psicologia portuguesa na literatura* que precede a sua magnífica edição das *Éclogas* de Bernardim Ribeiro — Lisboa 1923.

popular no culto das imagens dos santos e em necessidades de expressão concreta correlativa de todos os arrojos da nossa alma; e a-par

aquela architectura de vigor e amplitude que o arco e a abóbada fundaram para a perpetuidade dos tempos, o pensamento de abundância e orgulho e riqueza que as pedras admiravelmente traduziram e tão claramente anuncia à luz do sol sonhos de império, catolicidade e eternidade:

— se estas são qualidades fundamentais do carácter que constituíram a vida, grandeza e desgraça do romano, aquelas que, em suma, edificaram e prolongaram a sua civilização, estas serão também, e por igual, as qualidades que engrandeceram o povo português e as suas criações, confundindo em uma só alma quanto herdámos de Roma e quanto vivemos, e excluindo toda a possibilidade de as substituir por quaisquer outras que as valham como força de coesão de comunidade.

Em nós, a romanização converteu-se em hábito. Não é um sistema de ideias e de instituições. Os hábitos romanos, quer de espírito quer de existência concreta, esses é que se infundiram em nosso ânimo e perduraram, resistindo a toda a contingência contrária e mantendo-nos simultaneamente o carácter e a vitalidade. Não são planos nem propósitos nem construções governativas que nos movem e determinam a vontade e a dirigem; são tendências inalienáveis, aspirações como ingénitas, consubstanciadas em o nosso ser

no estado de instintos, porventura vagas mas nem por isso menos persistentes, activas e homogéneas, de uma constância e de uma identidade inabaláveis.

Na verdade, aqui neste canto da Ibéria, aconteceu que uma civilização se tornou superior às gentes de diversa origem que o vieram habitar mais ou menos dilatadamente. Nas criações sociais e políticas que o império romano aqui disseminou e lhe sobrevivem e lhe perpetuam a existência, o facto é que as distinções das espécies etnográficas de todo se confundiram no labirinto dos cruzamentos das inumeráveis variedades que delas provieram e não cessam de se multiplicar. As raças sucederam-se, atropelaram-se e amalgamaram-se em modos indestrinçáveis; a sua psicologia e seus efeitos práticos, a sua attitude moral, económica, política e religiosa, essa é que sobrelevando a toda a mudança do sangue jámais se afastou da genuidade romana em que de uma vez para sempre se nos formou; essa é que se tornou viático da unificação inalterável, definitiva, a ponto que em nosso entendimento a civilização romana não é uma civilização, mas única e radicalmente a civilização, por excelência, a mais elevada condição que uma sociedade humana é capaz de conceber, querer e alcançar.

Não foi sem motivo que modernamente e em diferentes escolas de história e de filosofia política nacional se manifestou a preferência do nome de lusitanos para designação da nossa gente, antepondo-a ao nome de portugueses que nos acos-

tumámos a usar. Embora os limites geográficos contradigam em parte a inovação, é incontestável que para bem significarmos concisamente na linguagem a antiguidade e origens da comunidade a que pertencemos e do carácter que a distingue, não poderemos contentar-nos com um termo no qual o passado mais remoto e essencial não encontra o seu quinhão próprio de tradução, enquanto simultâneamente é adulterada com a insinuação da ideia que a criação social a que se refere data de um incidente político a que se achou sujeita, dando causa a que essa criação social entrasse a ser compreendida na nação portuguesa. Haveria dêste modo uma inversão ou, pelo menos, uma confusão de situação e valores que convém corrigir; e a nomenclatura moderna ajuda manifestamente a corrigi-la. Não é muito que transporte para o mundo geográfico romano quem considerando a sua história e vendo quanto foram efémeras as crises que lhe oprimiram a romanização, em toda a conjuntura poderia com verdade repetir dos seus vários tranSES o que de Roma um dia Santo Agostinho escreveu: — *Romanum imperium afflictum est potius quam mutatum*. Esta foi e é a situação inalterável da Lusitânia através das vicissitudes da história de Portugal.

bibRIA



III

IDENTIFICANDO-NOS com o movimento moderno da consciência histórica das mais elevadas civilizações da Europa, em diferente grau filhas da romanização que no passado as criou e no presente as vivifica, — e pela nossa parte outra coisa não se compadece com o conhecimento da gestação social e política da nação portuguesa, depois que as *Vilas* de Alberto Sampaio no-la referiram e asseguraram — agora muda totalmente o aspecto da nossa vida histórica. Eis que nós somos obrigados a sujeitar a uma revisão severa a notabilidade dos «factos mais notáveis», tradicionalmente registada encomiasticamente nos compêndios escolares da mocidade de há cinquenta anos. Factos que notáveis foram durante séculos haverão perdido completamente a notabilidade; outros que eram ínfimos serão os primeiros; e até teremos de registar em lugar elevado muitos que nem mencionados eram. A notabilidade terá de

ser aferida, primeiro, pela influência que êsses factos tiveram no comum e pela largueza com que dêle participaram, e não pelas vantagens e glórias que representaram para o excepcional e para o adventício; depois, a notabilidade, para subsistir terá de corresponder à fidelidade e generosidade com que êsses mesmos factos serviram a romanização. Serão benéficos os que a favoreceram e dilataram, e nefastos os que agravaram a romanização, a essência vital da nação, este princípio económico que é a fonte de toda a civilização de que somos capazes — a terra dividida em pequenos quinhões cultivados e usufruídos por quem a lavra, a coincidência estrita e livre do trabalho e da propriedade no mesmo lugar e sob govêrno de uma só vontade e responsabilidade, esta arte de fabricar homens na plenitude do seu ser humano que jâmais, desde que o romano a concebeu e fundou, foi excedida ou pôde ser suprida por qualquer outra que melhor facultasse o vigor e a dignidade dos homens.

Grandes reis não sêriam os *venturosos* que em seu proveito fizeram boas vendas de pimenta; nem os *perfeitos* na construção de bons andaimes para trepar para cima do povo; nem os *magnânicos*, de uma magnimidade que lhes ficava barata porque era pródiga apenas do suor alheio. Grandes reis seriam êsses da primeira dinastia, rudes, como o seu tempo, avaros, corajosos, sangüinários, catonianos, inflamados em ambições e crueldades, que não respeitaram pai nem irmão, nem mulher nem filhos, mas souberam propagar a al-

deia romanizada e romanizante, tão próximos do comum e no comum integrados que com elle se confundiam na linguagem, no trajo, na escudela, nas afeições, nos ódios, nos interesses e nos perigos, em todo o pensar, sentir, querer e crer; o rei era apenas símbolo e instrumento do comum, um vínculo entre iguais derivado das necessidades de defesa e cooperação, servo e senhor, propulsor do romanismo que pulsava no sangue da grei, nunca uma sobreposição opressiva ou ociosa.

Ao génio do grande historiador português, pairando na altura que convinha à nobreza e isenção do seu austero liberalismo, era indiferente que «outrem se sentasse num trono ou numa tripeça». Entretanto, e por certo sem o cuidar, suscitaria uma distinção de largo alcance na interpretação da história nacional: — porque na história nacional encontramos reis que se sentaram em um trono, e outros houve que se sentaram numa tripeça.

Não serão de pouca monta, para a fortuna ou desventura dos povos, êsses dois modos de tomar lugar no governo das nações. Sentou-se em seu trono a dinastia de Aviz, e outras que se lhe seguiram mobilaram de igual sorte o palácio, — militaristas e mercantes, emproadas e hierárquicas, zelosas de distâncias e gananciosas, edificando os degraus da sua elevação sobre o arsenal e o balcão, de cuja altura ignoraram as plebes e as suas freimas quando do seu sangue não careciam para êxito das cobiças. E sentou-se numa tripeça, à la-reira, a-par e de nível com a tripeça do cavador e

do pastor, a dinastia Afonsina, rural e igualitária por índole e tradição, pousando a espada ao lado da charrua, de continuo dando «voz» ao povo que ainda não tinha «voto», repassada do sentimento de fidelidade à terra criadora, intuitivamente serva da solidariedade e cooperação entre os homens que constituíam a comunidade; e essa dinastia e a sua alma e a sua herança foi atraída pelas dinastias que do alto dos seus tronos desceram a pelejar, inflamadas na paixão do saque e na ambição do domínio e no orgulho, e na avareza e na crueldade, dissolventes mortais da unidade impreterível de uma nação. Fôra a pobreza tão sólido vínculo de amor, e tão copioso alimento da robustez que o amor importa, como a riqueza se volveu em corrupção de todos os laços de simpatia e solicitude e compreensão mútua, sem os quais as sociedades entrarão imediatamente na fermentação tumultuosa dos elementos heterogêneos que lhe corrompe o carácter e exaure o ânimo.

Facto notável da história nacional, fatalíssimo impulso regressivo, seria a iniciação do tráfico da escravatura promovida pelos capitães do Infante D. Henrique, com grande aplauso dos que tinham terras. Era a negação absoluta da romanização, vinha amparar a propriedade latifundiária, *que perdeu a Itália e as províncias*, e arruinar a liberdade que fôra o alento divino da grandeza política e moral de Roma. Facto notável, na verdade, e calamidade tanto maior quanto é certo que foi aturada e fecunda em seus efeitos de desgraça.

No tempo de D. João II crescera mui alto a opulência dos grandes proprietários por virtude da importação de escravos, e no meado do século xvi em Lisboa, o número de escravos excedia o dos homens livres. Todavia, os reis e os nobres, embora vissem o país a despovoar-se, todo embarcado na aventura ultramarina, andavam contentes; a escravatura oferecia-lhes cultivos mais baratos que os de homens livres. No Algarve quasi não havia senão escravos. Era o envenenamento fatal da homogeneidade da raça, a perversão profunda das mais salutaes tradições romanas, a negação da liberdade e toda a fortificante moral correlativa, a abolição da pequena propriedade e sua prolífica economia, não contando que era ao mesmo tempo o abastardamento da gente pela mistura do sangue bárbaro. Para nós, a invasão dos bárbaros e suas lúgubres devastações foi então. Os escravos, a sua mentalidade inferior, o género de economia de que eram portadores e agentes, a sensualidade ociosa que alimentavam, isso é que turvava a civilização portuguesa; corrompia a disciplina romana, as suas noções de justiça e humanidade, o culto da austeridade, da parcimónia e da moderação, a consciência das obrigações de mútuo respeito e serviço mútuo e a estética do sóbrio panteísmo horaciano, e aquella gradual emancipação do trabalhador que era e é no romanismo e em tudo e em todos que nêle se filiam uma religião. Bárbaros, para nós, foram os escravos; os outros, aqueles que vieram do norte e têm igual nome na história,

esses, irrefragavelmente o demonstrou Alberto Sampaio, importaram apenas mudança de domínio sem alterarem a constituição social, um confisco de objectos criados que o próprio confisco por vantagem sua se esforçava por conservar intactos. Confiscavam-se os bens dos vencidos em proveito dos bandos vencedores, mas guardavam-se as instituições que os haviam produzido e os podiam sustentar e acrescer; respeitava-se quanto lhes prometia estabilidade, a constituição da família que os fecundava e sobretudo a constituição do trabalho e o sentimento da propriedade que os enriquecia. De facto mantinha-se subjacente e constante aquela célula orgânica que a adopção da escravatura radicalmente aniquilava. As propensões para o fausto e indolência sultanesca que não são raras em a gente fina da sociedade portuguesa, fina de fresca ou de remota data, muito bem podem ser o remanescente animado da escravatura; com certeza, não serão lembranças dos servos da gleba.

Facto notabilíssimo da história de Portugal seria essa obscura e pouco nomeada batalha de Badajoz, onde mais que em qualquer outra conjuntura nos foi imposta a sentença culminante que consistiu, para usarmos as próprias palavras de Alberto Sampaio, em que «apertados ao ocidente pelo oceano e a leste pelas conquistas dos nossos irmãos leoneses, nos ficasse por tal forma demarcada a estreita cinta do solo nacional». Então, reproduzindo-se aqui um fenómeno em tudo semelhante à invasão dórica na Grécia que

por sua pressão foi causa da disseminação da civilização grega nas ilhas e praias do mar Egeu, então é que D. Afonso Henriques e com ele toda a sua gente sofreu o desengano final da possibilidade de se alargar em terras do norte ou do interior da península onde a romanização prevalecia mais robusta; dali fomos arremessados para as conquistas do sul, único terreno cuja apropriação nos restava livre e no qual a romanização fôra apagada, pouco menos que totalmente, pelas correrias muçulmanas e pela assistência menos passageira do seu domínio. Desde essa hora estávamos obrigados a topar com o mar ao sul, como com ele havíamos topado ao poente, e as ondas do mar eram as províncias para cuja conquista a irreduzibilidade das fronteiras leonesas nos lançava — tanto mais que já muito bem sabíamos que para lá do mar havia riquezas que nada ficavam a dever em substância e em tentações àquelas de que na península a robustez e a garra do vizinho nos excluía. Não era uma aventura o assalto em que nos precipitaríamos; era a cobiça de bens certos e averiguados ⁽¹⁾. Irreduzibilidade das fronteiras na península, para nós marcadas

(1) Sobre este capítulo novo da nossa história é de juntar às *Póvoas marítimas* de Alberto Sampaio o opúsculo que o sr. Luis T. de Sampaio, historiador tão modesto como inteligente e consciencioso, publicou, em 1923, na Imprensa da Universidade de Coimbra, sob o título bem elucidativo de *Antes de Ceuta*. Supõe o ilustre estudioso que, «relacionando-os com o início das nossas conquistas em África, dois pontos não foram

em Badajoz, como mais tarde seriam marcadas ao castelhano em Aljubarrota; conhecimento pelo comércio anterior, dos bens que jaziam em o norte da África; natural preparação pelo distante e aturado desenvolvimento das póvoas marítimas da nossa costa —êsses foram os elementos que em hora por igual sinistra e gloriosa convergiram para que a vocação agrícola sedentária que o romano nos legara se obliterasse e fôsse trocada pelo ardor das conquistas, e para que conseqüentemente a nação portuguesa, em grande parte, se tornasse de sociedade criadora em sociedade aquiritiva. Ao contrário do preceito bíblico, converteram-se em espadas as charruas, o arrebatamento preteriu a tenacidade, as incertezas do *mau capelo* sobrelevaram às seguranças do *bom capote*, e a paciência e a caridade, e a consistência, e a continuidade e o carácter foram de todo exilados por paixões de crueldades heróicas e pela inconstância, dissipação e dissolução. Em

ainda largamente tratados em Portugal, embora dignos da atenção dos investigadores, a saber: as relações dos estados muçulmanos do norte de África com as nações cristãs anteriormente ao século xv e a parte que nesse trato teve a nação portuguesa». Parece-lhe que estes dois pontos, quando capazmente estudados, «sem diminuírem em nada o lado poético e cavalheiresco da empresa de Ceuta, hão-de enaltecer o seu lado político. Vista a luz da história das épocas antecedentes, a conquista de Ceuta (é nosso o sublinhado) *deixa de ser um feito súbito e de fantasia da nossa história, para se tornar num elo áureo da cadeia das nossas tradições*».

Badajoz entre violências convincentes fomos encaminhados para a «Índia efeminada», cujo poder nefasto na corrupção do carácter romano cedo e de perto Juvenal verificou e denunciou.

Facto sôbre todos notável da história nacional foi a disseminação das ordens monásticas, depositárias e guardas da mais fina flor do romanismo. Herói entre os heróis da história de Portugal foi êsse iluminado incomparável, de génio, Frutuoso, aquele que o décimo concílio de Toledo fez arcebispo de Braga. Do cabo Finisterra ao cabo Sam-Vicente cobriu a Cantábria e a Lusitânia de comunidades religiosas. «Graças a êle, a fronteira extrema do Ocidente ficava guardada por uma linha de guarnições monásticas. As grandes vagas do Oceano, correndo das praias do outro hemisfério, da metade do mundo ainda desconhecida dos cristãos, encontram no alto das escarpas da península ibérica o olhar e a oração dos monges. Ali esperam a pé firme a invasão maometana; ali a afrontam e lhe sobrevivem; ali conservam o depósito da fé e da virtude cristã» ⁽¹⁾, isto é, acrescentaremos nós, ali guardam para no-la transmitir a mais pura essência do romanismo. Foram os mosteiros que no tumulto das guerras, eminentemente destrutivas, moral- e economicamente, que acompanharam a queda do império romano e agitaram toda a Idade-Média,

⁽¹⁾ Conde Montalembert. *Les Moines de l'Occident*, vol. II, 7.^a edição, pág. 257 (V. Lecoffre; Paris, 1892).

foram êles que cultivaram na paz as riquezas e na paz e para a paz criaram gente educada na ordem, na justiça, no trabalho e na caridade, capaz de dar às sociedades o nexo e a coesão espiritual de auxílio mútuo que os arrebatamentos das cobiças infrenes dos bandos armados absolutamente pervertiam. Não fôsem êles, e seria impossível tirar dos escombros romanos as nações modernas; não os tivéssemos nós tido antes do século XIII, e não haveria onde ir buscar o senso moral que era indispensável à formação da nação portuguesa. Ao lado dos castelos e entre os arraiais açulados para as presúrias são os mosteiros os povoadores constantes, a multiplicar os bens e a cavar a terra, disseminando pelo chão abandonado os casais e os lares, disciplinando a terra e os homens, a terra para a fecundidade e os homens para o amor de Deus e do próximo, incorporando o mundo e as almas em uma unidade religiosa, penetrando-os da consciência de qualquer coisa imperecível e suprema, que lhes cumpre traduzir em quanto do que é mudável existe e está sob o nosso poder. Êsses verdadeiramente criaram a nação e a civilização e lhe mantiveram a linha de desenvolvimento orgânico inicial que lhe deu o ser e se prolonga até aos nossos dias. Foram êles que, persistentemente inspirados nos princípios da catolicidade romana, defenderam o trabalho e os seus servos contra as invensões da nobreza e do rei, contra as prepotências cúpidas das dinastias e das castas feudais, e protegeram o património do povo contra as am-

bições das aristocracias armadas. Libertos do mundo por força da elevação do espírito, isentos da coacção física e só obedecendo à consciência moral, foram os monges que nobilitaram o trabalho e opuseram a sua nobreza à nobreza dos homens de espada; no mosteiro renascia ou, melhor, no mosteiro se perpetuava a organização económica romana e a sua aspiração fundamental, o trabalho consagrado muito mais ao interesse da república, à fortuna da comunidade, do que à ambição da ganância egoísta. E simultaneamente com a ordem económica, guardava-nos pelo zelo dos livros e das letras a ordem ética e estética do romano. Porventura nos teria legado a própria ordem política. A cidade monástica fundava-se por amor de Deus, tal qual Roma ou Atenas se fundaram por amor das divindades olímpicas que as protegiam. O princípio seria em todo o caso um só, idêntico, único, uma sujeição religiosa exigindo a dedicação do singular ao comum, certa arte de viver para os outros. Sem aquele refúgio em tempos adversos, teria sido perdida para nós a experiência romana de que proviemos e que ainda agora nos anima. Dos mosteiros a que se acolheu e onde em larga extensão viveu no próprio governo interno da comunidade, daí se teria derramado de novo, quando a oportunidade a favoreceu, na sociedade civil. De lá nos veio também, a nós os fundadores da nação portuguesa; e o heroísmo comunitário desses obscuros bandos terá significado na constituição política nacional uma força incom-

paravelmente mais robusta que o heroísmo de quaisquer individualidades singulares que no correr da nossa história possamos encontrar para seu confronto.

Facto notável, primacial, da história da nação portuguesa, dom de Deus, mistério ⁽¹⁾, sem o qual seriam vãs todas as edificações políticas premeditadas, e até mesmo qualquer impulso eventual de agregação dos bandos étnicos—facto notável, o fundador na nação por excelência, é a formação espontânea da língua.

A língua é, só por si, a mais poderosa das energias imponderáveis, a maior força de coesão que une os homens, a mais profunda das como-

(1) «A França forjou a língua que havia de ser o sinal mais nítido e o órgão mais visível da sua vitalidade nacional. Ainda não houve sábio que penetrasse o segredo da sua formação. Com uma ciência perfeita nos mostraram que veio do latim, e por que derivações sucessivas se afastou da ascendência romana, simultaneamente conservando e transformando, como herança que aceitamos e fazemos render, os sons da fonética, as palavras do vocabulário, os modos de conjugação ou as vias da syntaxe. Depois de ler os trabalhos dos mestres da lingüística, compreendo bem como o francês proveio do latim; decompounding-lhe as engrenagens, vejo as peças de que são feitas e como o movem, que *amare* deu «amar», *mater* deu «mãe» e *vado ad Romam* «vou a Roma». Mas se sei como, não sei porquê; posso distinguir o mecanismo, não diviso o motor: uma vez mais, em matéria de ciência, possuímos os elementos do corpo, mas quedamo-nos impotentes perante o problema da vida, e ignoro as razões vivas da língua francesa.» (CAMILLE JULLIAN, *De la Gaule à la France*, pág. 249. Hachette; Paris, 1922).

ções que vitalizam e fundem em comunidade os elementos humanos de uma nação. As armas e todas as demais forças mortíferas congêneres serão apenas na formação das nações um gesto inefficaz de ruindade, se precedendo as armas a língua não conquistou e juntou por identidade de affectos o que o político se propôs agremiar pelo peso da coacção. Porque a língua só por simpatia insinua, não conhece outro medianeiro entre a realidade, subentende um movimento de consubstanciação por força de homogeneidade; e o aço que prevalece fugazmente por divisão, pressupõe fronteiras hostis, duas margens que elle é incapaz de reunir, porque reunir é a negação da sua natureza essencial. Há no uso da força uma inimizade latente, inalienável, um combate, como na vocalização há um còro, uma precipitação na igualdade, uma transposição plena de diversidade na unidade. A mais proveitosa e segura das armas de conquista será a beleza e acessibilidade da língua pela qual o espirito dominante e o espirito subjugado, apagando em uma modulação única toda a diversidade e conflito, se unem na comunhão estética.

Porventura a história do derramamento de uma civilização não será mais do que a história da disseminação e preponderância de uma língua; e a que mais conquistou teria sido aquella que convindo a maior número de cordas vocais, maior número fez vibrar em unísono. A vitória é a insinuação etérea de uma arte de dizer, o arrebatamento na unidade estética; toda a dureza mili-

tar se quebra, e desfaz e evapora se a comunhão estética não a legitimou e absolveu. O ventre materno da romanização da Europa, aquilo que lhe dêu alento e corpo, e uma só alma indestrutível, superior a todas as contingências e de todas as ruínas renascendo, não foi por certo o cesarismo e as suas prêsas e os seus talentos estupendos de coordenação das coisas e disciplina dos homens; não foi o braço robusto das legiões nem a inteligência e a destreza portentosa dos capitães, foi a dádiva dos céus que ao romano mandou uma arte divina de comunicar com os homens e os confundir no seu amor. Cícero foi maior que César e Virgílio e infinitamente mais poderoso que Augusto. A harmonia angélica e quem mais pura a desprende de seu peito e a ensinou, prolongou-se na infinidade dos séculos e pôde mais do que a solidez da construção militar e jurídica, sem dúvida admirável. O impalpável, realmente sôbre-humano, sobreviveu às ruínas do monumento político, e a sua perdurabilidade escapou a toda a injúria do tempo e da vontade. Semelhantemente, a nação portuguesa rematou a sua constituição em Fernão Lopes e nos cronistas e alongou-a e fortificou-a, para a perpetuidade, nos génios da língua pátria que lhes sucederam. Onde a língua se sublimou, aí edificámos para a eternidade.

Facto contemporâneo notável da história nacional será a revivescência da tradição vicentina e o seu culto que as gerações modernas promoveram e com felicíssimo êxito restauraram. Em Gil

Vicente se definiu, quiçá de uma vez para sempre, a mentalidade portuguesa como o tempo ingenuamente a fez sôbre o alicerce romano: religião, moral, economia, arte, devoções e inclinações, ironia e sátira, austeridade e regra, hoje entramos a senti-las em perfeita consciência com Gil Vicente, tais quais elle as sentiu na plenitude da inspiração popular onde as aprendeu e elas se perpetuaram alimentadas pelo coração da grei. Em Gil Vicente e nas suas liberdades e nas suas plebes vivemos a nossa história à lei da natureza, o que é diferente, e bem diversamente nutritivo e fecundo, de a contemplarmos declamando o elogio dos feitos dos maiores e suas pompas, alheia ao comum e desvirtuando-o, a expressão do singular e accidental que só à história nacional pertence porque dentro da história nacional se manifestou.

Factos notáveis da história nacional contemporânea são os que se sepultam na obscuridade dos caboucos das suas edificações, não são os que entretecem grinaldas da cimalha e a enfeitam; são a coragem e a energia popular livre e inspirada que, por salvar o património, todos os dias, angustiados dias, renovando em humildade a epopeia marítima que outros pelejaram com orgulho, desbrava os penhascos, cobre de verdura as dunas, e voltando costas às brigas do mando político e da posse da riqueza que outros juntaram, vai com o suor do rosto desentranhar de terras longínquas os filtros de salvação com que virá humedecer e florir a terra pátria. As papoi-

las desfraldam ao sol as pétalas ostentosas, mas quem cria o pão e nos prolonga e renova a vida é a seara pálida que curva para o chão os seus velados frutos.

Épocas tenebrosas e a obscuridade, essas e não as épocas gloriosas e o resplendor, essas é que teriam feito a história nacional, essas é que teriam criado uma economia perdurável e um carácter moral, uma disciplina da nossa alma e das nossas coisas, um modo de ser físico e mental permanente, que dando coesão e seqüência às energias da grei a constituíu em uma nação. «Ínelita geração, altos infantes» não foram os que no século xiv precipitaram o povo em aventuras heróicas de cobiça, das quais voltaria indigente e desmoralizado, para penar seus erros em uma «austera, apagada, vil tristeza». «Ínelita geração, altos infantes» distinguem-se e graduam-se na história pátria, não pelas individualidades mais ou menos nobres que eles enriqueceram e exaltaram em suas glórias singulares, mas pela elevação, pureza e fidelidade à sua razão de ser que infiltraram na comunidade. «Ínelita geração, altos infantes» seriam êsses que não havendo ainda trocado o celeiro pela tenda e o trabalho pela conquista, heróicos pela robustez e pela simplicidade bárbara em que se armavam, usaram a espada para proteger a charrua, e fidalgos e democratas pelo sentimento da solidariedade e fraternidade que os unia ao povo dilatavam as veias reais da riqueza e do amor e no seu sangue abundavam a nação. «Ínelita geração, altos in-

fantes» serão ainda os românticos de 1830, Herculano e Mousinho, e os Passos e José Estêvão, e quantos outros muitos e ousados quiseram transferir do respeito das vontades e talentos singulares para a consciência das aspirações das plebes as bases da história e da política nacional, repondo-as em seus verdadeiros fundamentos.

Grandes individualidades puderam formar e reger grandes governos, mas só a grandeza dos povos significará e alimentará a grandeza das nações. O primeiro acto de uma nova e mais justa concepção da história nacional será libertar-nos do fetichismo das individualidades e contemplarmos as energias da grei, tal qual aprendemos na lição magnífica que Alberto Sampaio nos legou.

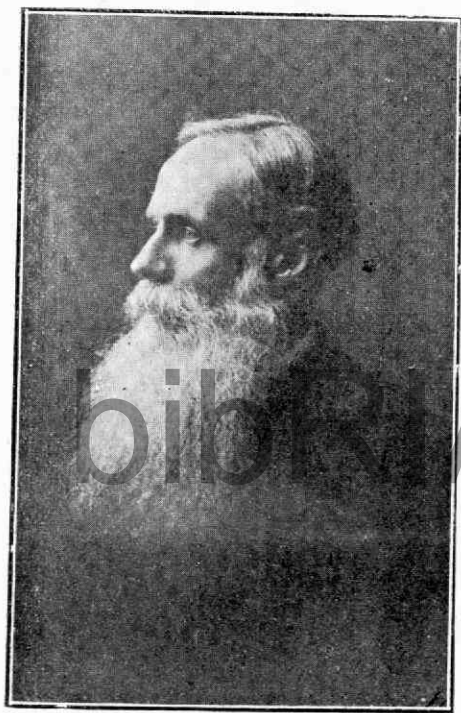
bibRIA

FIM

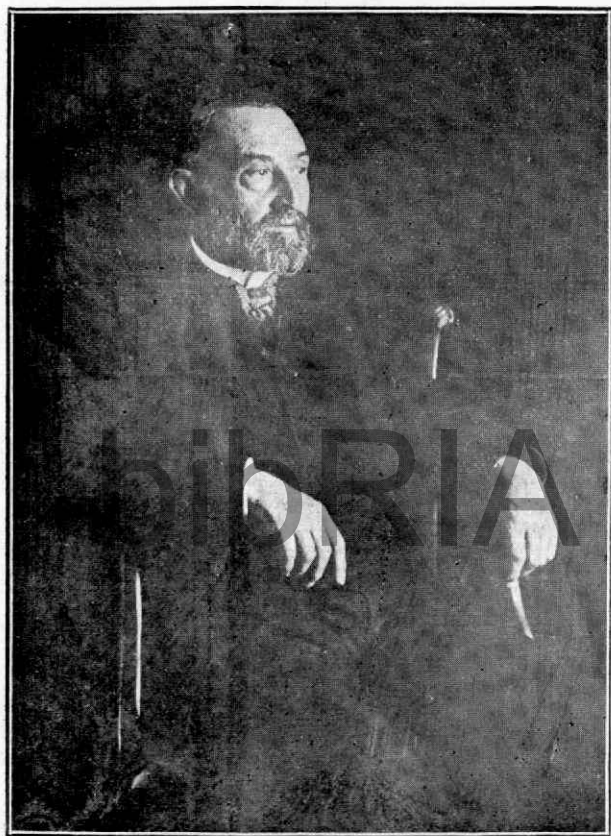
ERRATAS

Por consequência de um equívoco, passaram sem revisão última as primeiras fôlhas dêste opúsculo. Aqui apontamos os erros que poderiam importar alteração de significado do texto. Muitos outros, além dêstes, seriam de apontar, mas, como na sua quâsi totalidade são apenas de pontuação, ao indulgente cuidado do leitor confiaremos a devida emenda.

Pág. 16 — linha	12 — graduando —	leia-se	graduada
" 21 — "	21 — martolado —	"	marcado
" 23 — "	29 — pressor —	"	pressor
" 24 — "	1 — como o —	"	« como o
" 25 — "	1 — sociedades —	"	sociedades o
" 26 — "	7 — da posse —	"	« da posse
" 28 — "	13 — Entretanto —	"	Além disso
" 29 — "	24 — as mandar —	"	os mandar
" 32 — "	12 — animou —	"	arruinou
" 34 — "	15 — dispersa —	"	dispersos
" 35 — "	30 — trenindo —	"	tremendo
" 40 — "	32 — tento —	"	texto
" 42 — "	24 — tal —	"	tão
" 48 — "	19 — nessas —	"	nossas



Dr. Jaime de Magalhães Lima



Dr. Alberto Sampaio